

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TER-
RAS TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
**A RESILIÊNCIA DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL
KAINGANG FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: O CASO
DA TERRA INDÍGENA NONOAI- RS**

DIANA NASCIMENTO

BRASÍLIA , DF

2017

DIANA NASCIMENTO

**A RESILIÊNCIA DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL
KAINGANG FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: O CASO
DA TERRA INDÍGENA NONOAI- RS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientador(a): LUDIVINE ELOY C. PEREIRA

BRASÍLIA – DF
2017

Nascimento, Diana

A Resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: O caso da Terra Indígena Nonoai- RS / Diana Nascimento. Brasília-DF, 2017. 100 p.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientador(a): Ludivine Eloy Costa Pereira

Sistema agrícola; Kaingang; Agricultura tradicional; Resiliência; Território Indígena.

I. Nascimento, Diana. II. A Resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: O caso da Terra Indígena Nonoai- RS.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.



Diana Nascimento

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIANA NASCIMENTO

A RESILIÊNCIA DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL KAINGANG FRENTE AO
AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: O CASO DA TERRA INDÍGENA NONOAI- RS

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 08 de maio de 2017. Brasília - DF

Dr(a). Ludivine Eloy Costa Pereira – Universidade de Brasília
Orientador(a)

Dr(a). Eric Pierre Jean Sabourin – Universidade de Brasília
Examinador interno

Dr(a). Luiz Antonio Cabello Norder – Universidade Federal de São Carlos
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus orientadores, Ludivine Eloy por ser ter sido sempre dedicada, atenciosa e exigente. Obrigada por compreender minhas limitações, mas principalmente por ter feito com que eu ultrapassasse esses limites e me fazer perceber que eu sempre posso mais.

Ao Henyo T. B. Filho, por me auxiliar a permanecer focada no tema da pesquisa, quando eu queria abraçar um mundo de ideias e assuntos. Agradeço também pelos tantos comentários e sugestões na construção do trabalho.

Agradeço aos professores e a coordenação do MESPT, por trabalharem sempre com muita dedicação e amor à causa dos povos tradicionais. Em especial a Mônica, seu amor pelo trabalho a torna além de uma ótima profissional, um ser humano adorável e admirável. Obrigada por sua serenidade.

Agradeço a Kimiye Tommasino, por sempre se mostrar atenciosa e doce, todas as vezes que pedi sua ajuda durante a construção do trabalho. Admiro seu trabalho e sua paixão pela antropologia Kaingang. Obrigada por mostrar tão bem a nossa história.

A Regina Nascimento, minha irmã de coração e sobrenome, obrigada pelas longas conversas, boas risadas e tantas hospedagens e principalmente pelo apoio de sempre. Sem você essa caminhada teria sido ainda mais difícil.

A Silmar, meu amado, amigo e companheiro, que desde o início tem me incentivado, e tantas vezes me animado a continuar. Gratidão por seu amor e sua paciência.

Ao meu Pai, José Oreste do Nascimento, através do qual aprendi a amar e sentir orgulho de minha identidade étnica. Foi no aconchego de seu colo que desde menininha, aprendi que a vida é ainda mais complicada quando se é indígena, e que mesmo perante tantos preconceitos e desrespeitos, é preciso força e coragem para enfrentar e defender meu povo sempre de cabeça erguida.

A minha Mãe, pelas longas e prazerosas conversas. Com você percebi a importância do papel da mulher Kaingang na conservação do ser e do viver Kaingang.

Em especial as minhas irmãs, baluartes de minha vida, que assim como eu vivenciam o difícil “ser mulher indígena” buscando o protagonismo para de alguma

forma, ajudar nosso povo. Minha admiração e orgulho por se mostrarem a cada dia, mais fortes e corajosas.

Meu agradecimento à comunidade Kaingang de Nonoai, em especial as famílias com as quais eu estive durante a construção deste trabalho. A elas agradeço pela oportunidade de ouvir e conhecer um pouco de suas histórias e experiências.

RESUMO

Nesta dissertação fazemos um estudo sobre o sistema agrícola Kaingang e sua resiliência frente ao avanço do agronegócio, em que se analisou em específico o caso da Terra indígena Nonoai no estado do Rio Grande do Sul. Eventos importantes na trajetória de ocupação dos territórios Kaingang, que ocasionaram mudanças drásticas na vida desse povo são destacados. Territórios extremamente reduzidos, perda da autonomia, impactos culturais foram alguns dos eventos que marcaram a trajetória do povo Kaingang desde o início do processo de colonização. No entanto, pouco se sabe sobre as formas de resistência e as estratégias de sobrevivência desses povos indígenas no que se refere as formas de cultivos e sistemas de produção, desde os sistemas tradicionais até a incorporação de novas tecnologias. Tentativas de auto gestão dos seus territórios na busca pela autonomia e bem viver Kaingang são identificadas a partir do estudo de campo, com famílias que praticam diversas formas de cultivo, como os cultivos para o consumo próprio, bem como o cultivo em média e grande escala para a comercialização.

Com este estudo verificou-se que estas iniciativas envolvem a produção de monocultura de grãos em larga escala para comercialização, utilizando partes do território retomadas há pouco tempo, as quais já eram áreas cultivadas com monoculturas. Ao mesmo tempo em que ocorre a introdução dessa forma de cultivo nessa TI, essas famílias têm conseguido manter características importantes do sistema produtivo tradicional Kaingang. Como é o caso da roça de toco (*ãpỹ*), que possibilita a manutenção dos conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade, bem como da produção através de uma agricultura mais saudável, sustentável e de baixo custo.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema agrícola; Kaingang; Agricultura tradicional; Resiliência; Território Indígena.

ABSTRACT

In this work we study the Kaingang agricultural system and its resilience facing the growing presence of agribusiness, analyzing the specific case of the Indian Land of Nonoai at the state of Rio Grande do Sul, Brazil. We pointed out important events on the occupation pathways of the Kaingang territories which caused severe changes in the life of this people. Extreme reduction in their territories, loss of autonomy, cultural impacts are some of the events that marked the Kaingang history since the beginning of the colonization process. However, very little is known about the forms of resistance and strategies of survival of this people as far as their cultivation techniques and productive systems, from the traditional system until the incorporation of new technologies. The field study was able to identify attempts of self-management, in the pursuit of autonomy and well-living for the Kaingang, with families practicing several forms of cultivation, such as crops for own consumption, as well as the cultivation in medium and large scale for the market.

With this study it was verified that these initiatives deal with the production of monoculture of grains in large scale for commercialization, using parts of the territory recently resumed, which had been already areas farmed with monocultures. At the same time this new form of production occurs in this Indian Land, families have been able to keep important features of the Kaingang traditional productive system. Such is the case with the *swidden* (*ãpỹ*), which allows the preservation of traditional knowledge associated with agro biodiversity, as well as the maintenance of a healthier, sustainable and low cost agriculture.

KEY WORDS: Agricultural system; Kaingang; traditional agriculture; Resilience; Indigenous territory

RESUMO

Dissertação tag ki ãg tóg estudo han mũ Kanhgág ag tỹ hãren kỹ ãkrãn fã pã to, kar ag tỹ hãren kỹ agronegócio kato vỹsãnsãn ti kegé. Rio grande do Sul estado tá ãmã mág tỹ Nonoai to ãg tóg vej mũ. Fóg ag tỹ Kanhgág ag ga ki kãge kỹ ag tỹvãnyñ ja ãn to ãg tỹ vãmén ke mũ, ag tỹ Kanhgág ag ga kã géñh ja ãn, ag tỹ ag autonomia kren ja kar ag jykre pã tỹ tãtã vãm ja vỹ tỹ fóg ag tỹ ãg ki junjur ve kãpãn ãg ki kãge tag tugñĩn ke nĩ. Tag jérĩn mỹ tóg ũri ver Kanhgág ag tỹ hãren kỹ vãsãnsãn kar ag ãkrãn fã si to krónhkrónh ke ja tũ tag to kinhra mág tũ tĩ ver, kar ser ag fóg ag jakrãn fã kãgran ti kegé. Tag pãte Kanhgág ag tóg ser vãsóki ag ga krãkrãn mãn kãmãg mũ nĩ, ag tỹ ag autonomia ve mãn jé ser, vãsnyrinhréh mãn tũ nĩ jé, ãg tỹ estudo de campo ki vég mũ hãvã. Kanhgág tỹ família tóg ãkrãn tỹ'ũ han, ag tỹ ko jé kar ãkré mág kege ag tỹ vãm jé, comercialização jé sir. Estudo tag tỹ ãg tóg ãg mỹ ven mũ Kanhgág ag tỹ ag ga nũnh ja tãg mĩ monocultura hynhan ti. Hãra monocultura tag jérĩn mỹ TI tag ki familia e tỹ ver ãkrãn fna sĩ mĩ han jafã nĩg tĩ, ãpỹ ti hamã, ag tỹ ag jykre sĩ kãjatũn tũ nĩ jé, agrabiodiversidade to ag jykre pã ti, kar ãkre ki agrotóxico tũ hynhan jé, vãjãn há koj ke to jykrén kỹ, kar agricultura sustentãvel mré to gasto sĩ kegé.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema agrícola; Kanhgág; Agricultura Tradicional; Resiliãncia; Kanhgág Ga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição da população indígena, Fonte: IBGE 2010.....	21
Figura 2: Principais Biomas do Rio Grande do Sul Fonte: PROBIO- MMA (2007)..	26
Figura 3: Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, 2014 (Fonte: IBGE,.....	27
Figura 4: Terras Indígenas no Norte do RS e oeste de SC.....	28
Figura 5: Caminho para a Aldeia Sede do Posto, TI Nonoai, 2014.....	28
Figura 6: Soja recém colhido - TI Nonoai, Aldeia Bananeiras. Abril de 2014	29
Figura 7: Mapa das Terras Indígenas Kaingang na região sul do Brasil (Fonte: Tommasino e Fernandes, 2004)	34
Figura 8: Plantio com xacho, Fonte: Elaborado por Silmar. P. Silva	37
Figura 9: Maiando feijão (Fonte: Elaborado por Silmar P. Silva)	38
Figura 10: Antiga forma Kaingang de conservar o feijão na roça.....	39
Figura 11: Conservação da semente de milho (Fonte: Elaborado por Silmar P. Silva).....	40
Figura 12: Aldeamento de Nonoai em 1857	47
Figura 13: TI Nonoai 1911.....	49
Figura 14: Índios trabalhando na lavoura. PI Nonoai, 1944. (Fonte: BRASIL.SPI. Apud Bringmann (2015, p. 240)	52
Figura 15: Posto Indígena Nonoai/ Casas de madeira Financiada pelo governo, 1978 Imagem: Filme “Terra dos Índios” de Zelito Viana, 1979.....	54
Figura 16: indígenas colhendo trigo (Fonte: Filme “Terra dos índios”, direção de Zelito Viana, 1979)	55
Figura 17: Indígenas trabalhando com trator e arado (Fonte: Filme “Terra dos índios”, direção de Zelito Viana, 1979)	55
Figura 18: Processo de perda e retomada de territórios	66
Figura 19: Recuperação ambiental ocorrida na TI Nonoai após a desintrusão	67

Figura 20: Recuperação ambiental TI Nonoai (Fonte: Acervo pessoal da autora.....67	67
Figura 21: coexistência de soja e roças (Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017....71	71
Figura 22: Principais usos do solo.....72	72
Figura 23: Roças de acampamento (Fonte: acervo pessoal da autora, 2016)73	73
Figura 24: Cultivo de arado (Fonte: acervo pessoal da autora)76	76
Figura 25: Cultivo de quintal (Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017).....77	77
Figura 26: Cultivo de quintal - arado/trator (Fonte: acervo da autora, 2017).....77	77
Figura 27: Pesca coletiva. TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017.....84	84
Figura 28: Em primeiro plano, pé de fuvá em meio a resteva de soja, ao fundo uma família colhendo o fuvá. (Fonte: Acervo da autora, 2017).....86	86

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO.....	16
1. METODOLOGIA	19
2. POVOS INDÍGENAS E AGRONEGÓCIO NO SUL DO BRASIL	21
2.1 Lutas, resistências e incorporações.....	21
2.2 Antes território Kaingang, hoje mar de monocultivos: O estado do Rio Grande do Sul	25
2.3 Inhãmã (minha terra): a Terra Indígena Nonoai.....	
2.3.1 Caracterização da vegetação, do clima e do relevo local	30
2.3.2 Caracterização econômica regional da TI.....	31
3. TERRITÓRIO E HISTÓRIA AGRÁRIA DOS KAINGANG DA TI NONOAI.....	33
3.1. O sistema produtivo de antigamente (vãsỹ)	33
3.2 A colonização e seus impactos sobre territorialidades, agricultura e alimentação Kaingang	42
3.3 A luta pelo território	60
4. A DIVERSIDADE ATUAL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA TI NONOAI	70
4.1 Grupo 1: Produção agrícola para autoconsumo	70
4.1.1 As roças de toco nos "interstícios da soja"	70
4.1.2 As roças de toco nos "acampamentos" (Vare).....	72
4.1.3 Os cultivos de arado	75
4.1.4 Os cultivos de quintais	76
4.2 Grupo 2: Produção Agrícola mista (autoconsumo, monocultura de grãos para comercialização e iniciativas sustentáveis de renda)	79
4.2.1 Os cultivos de soja	79
4.2.2 Os cultivos de subsistência.....	80
4.3 Iniciativas sustentáveis de produção e renda.....	82
4.4 A caça e a pesca	83
4.5 A coleta.....	85
4.5.1 A coleta do Pinhão	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
ANEXOS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

PREFÁCIO

Sou Kaingang, da Terra Indígena Nonoai, no estado do Rio Grande do sul. Nasci e cresci em meio a lutas, medos e transformações. Meu pai José Oreste do Nascimento, conhecido pelos Kaingang como José Lopes, já fazia parte do grupo de lideranças Kaingang de Nonoai. Ele, em seus 5 anos como capitão e quase 30 anos de cacicado nesta Terra Indígena, acompanhou as principais lutas do nosso povo pelo território

Sou a penúltima de 9 filhos (5 homens e 4 mulheres). Os homens Kaingang, em sua maioria, são muito apegados e orgulhosos de seus filhos homens. Porém, para meu pai, não havia essa distinção. Desde pequena sempre fui apegada a ele e quase sempre o acompanhava em suas reuniões. Lembro-me que, ao invés de ir brincar com as outras crianças, eu ficava ali ao redor de meu pai, mesmo sem entender muita coisa, ouvindo atentamente suas falas e das demais lideranças e autoridades presentes.

Com o passar dos anos, compreendi o importante papel dessas lideranças em defesa do nosso território, já que foi através deles que a TI Nonoai voltou e continua nas mãos dos Kaingang. Assim, desde menina aprendi a ter orgulho de minha identidade. Desde cedo meu pai nos incentivava e muitas vezes até nos “obrigava” a ir para o colégio. E assim fez nascer em mim, o desejo de ajudar meu povo de alguma forma.

Estudei no colégio indígena dentro da TI até meus 11 anos. Aprendi primeiramente a ler e escrever na minha língua. Como naquela época as escolas indígenas ofereciam somente a primeira fase do ensino fundamental, a partir da 5ª série estudei fora da aldeia, onde concluí o ensino médio.

Em 2007, participei do vestibular indígena na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sendo uma dos sete candidatos classificados para compor as vagas, iniciei o curso de Odontologia. Porém, como o curso não atendia as minhas expectativas, que estavam diretamente voltadas para a questão indígena, depois de dois anos e meio, pedi reopção de curso, e me matriculei no curso de Gestão Ambiental na mesma Universidade. No curso de Gestão Ambiental surgiram oportunidades de

participar das discussões nacionais e internacionais do movimento indígena, o que certamente contribuiu para minha formação como intelectual e profissional indígena. Depois de formada, eu e outros profissionais indígenas da TI Nonoai, devido aos problemas sociais, ambientais, educacionais, entre outros, enfrentados por essa comunidade, criamos uma organização sem fins lucrativos, de nome Instituto Eco Sustentável, com o objetivo de articulação interna entre esses profissionais e as lideranças indígenas.

Em 2015, tive a oportunidade de participar da seleção para o MESPT. Inicialmente, minha pesquisa tinha como tema “mudanças climáticas e seus impactos no viver Kaingang”. Porém, através das discussões do MESPT e as relacionando com a realidade atual do meu povo, percebi que o problema enfrentado atualmente por essa comunidade, a saber, o avanço da monocultura, era mais urgente e vi a necessidade de analisar essa situação de forma a contribuir para tais discussões. Assim, refiz meu projeto de pesquisa.

No início da pesquisa atual, havia uma pressuposição da existência de três grupos. O primeiro grupo, formado por famílias que trabalham somente com o monocultivo de grãos em larga escala, sem nenhum tipo de produção de subsistência. O segundo grupo formado por famílias que cultivam somente a roça de toco e demais cultivos de subsistência (quintais e cultivos de arado); O terceiro grupo formado por famílias que trabalham com as duas formas de produção, a produção de monocultivo de grãos em larga escala e os cultivos de roças e demais produção de subsistência. Ou seja, um sistema produtivo misto.

Antes do início da pesquisa em campo, selecionei as famílias que comporiam cada um desses grupos. E já nas primeiras entrevistas com as famílias do grupo 1 eu percebi que os homens, assim como eu havia presumido, estavam deixando de lado os cultivos de subsistência. Porém, suas esposas continuam insistindo na manutenção destes cultivos. Foi bastante comum chegar na casa das famílias do grupo 1 e ver cultivos de quintais e arado cheios de cultivo de legumes, verduras, mandioca e árvores frutíferas. Claro que em menos quantidade, já que os homens da casa não tinham tempo, ou não queriam preparar a terra para os cultivos de subsistência.

Conversando com essas famílias, foi possível perceber que os homens consideram mais prático cultivar o soja, e com o lucro comprar alimentos industrializados. Ouvi de alguns que “trabalhar na roça era muito sofrido e não dava lucro”. Porém, suas mulheres insistem nesses cultivos por vários motivos, entre os quais, a qualidade dos alimentos cultivados sem agrotóxico, a economia, por não precisar comprar alguns alimentos e a tentativa de passar para seus filhos o conhecimento sobre outras formas de cultivo.

Assim, no meio do caminho desconsidere a existência do grupo 1 e trabalhei somente com os outros dois grupos.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação procura analisar o processo de colonização da região sul do país e sua relação com a transformação do mundo, do território e do viver Kaingang. Alguns eventos como a política de ocupação das terras “virgens” do Sul e o histórico de perdas sofrido pelos Kaingang, como exemplo, perdas do território, da sua autonomia, da sua dignidade, além das perdas culturais e do bem viver Kaingang, são aqui destacados. Interessa também para este estudo, as questões atuais enfrentadas por essas comunidades devido o avanço do agronegócio, não só no entorno, mas também dentro das próprias Terras Indígenas, e principalmente as formas que os Kaingang e seus sistemas agrícolas tradicionais têm sido resilientes¹ a todo esse processo. Além disso, busca-se entender os efeitos da expansão do agronegócio sobre os sistemas agrícolas indígenas analisando como esses modelos de produção agrícola entram em conflito, coexistem ou até se integram dentro do território e dos sistemas produtivos familiares.

Para entender os eventos importantes desta história e suas influências até os dias atuais, construímos uma linha do tempo. Essa linha inclui informações coletadas em revisões bibliográficas que tratam do assunto, além de informações colhidas na Terra Indígena Nonoai no estado do Rio Grande do Sul, onde a pesquisa foi realizada.

Em campo foram coletados relatos históricos que mostram que os projetos de desenvolvimento executados por órgãos governamentais dentro da TI Nonoai, como medidas de sustentabilidade para a população local, foram, na verdade, uma forma de maquiagem a exploração da mão-de-obra indígena e o aproveitamento dos recursos naturais que havia em abundância nestes territórios, provocando prejuízos ambientais, sociais, opressão e colonização. Estes projetos criaram uma situação de dependência dos Kaingang em relação ao estado e suas instituições.

Atualmente, os Kaingang têm procurado formas de sair dessa situação. Uma das formas encontradas foi tentar se adaptar ao novo modo de viver imposto pelas políticas indígenas. Hoje, a realidade dos povos indígenas do Sul está intimamente ligada às novas formas e tecnologias de produção adquiridas ao longo

¹ Resiliência - Principalmente desenvolvida pelos ecólogos, a noção de resiliência é a capacidade de um sistema a integrar uma perturbação no seu funcionamento, sem perder sua estrutura e funções essenciais (Holling, 1973, *apud* Eloy 2008, p.1)

desse processo e adaptadas ao cotidiano atual desse povo, ao ponto de haver uma quase total substituição dos sistemas tradicionais anteriormente praticados. Para ABI-EÇAB (2011, p. 15, *apud* Ricardo et al., 2006, p. 60), as fases das mudanças agrícolas nas Terras Indígenas se resume na seguinte ordem:

A primeira fase é a devastação do entorno das terras indígenas, o que impede o livre trânsito de animais e causa descontrole dos ciclos ecológicos. Na segunda, depois de devastado o entorno da terra indígena, a cobiça recai sobre a própria: último local com madeiras, caça e terras, tornando-se foco de interesse por pequenos invasores, madeireiros e produtores agrícolas. A terceira fase diz respeito à influência inevitável do discurso desenvolvimentista sobre as comunidades indígenas, levadas a crer que o sistema econômico tradicional deve ser substituído pela monocultura. (ABI-EÇAB. 2011, p. 15, *apud* Ricardo et al., 2006, p. 60)

Nesse contexto, propusemo-nos analisar, também, essa “substituição presumida” relacionada ao povo Kaingang, mostrando que não há uma completa substituição- pelo menos até agora, mas acréscimos de novas técnicas e espécies cultivadas, configurando sistemas produtivos “mistos”, onde a agricultura de corte e queima convive com agricultura mecanizada, entre outros tipos de cultivo, como os cultivos de quintal e o cultivo de arado. Percebe-se que a transformação do território e das práticas indígenas frente ao avanço da colonização não seguiu uma trajetória linear. Se, por um lado, as terras indígenas Kaingang estão localizadas em meio a imensas áreas agrícolas do País e incorporaram a monocultura de grãos, por outro, as famílias ainda conseguem manter o cultivo de roça de toco, o “*ãpỹ*”, como é conhecido pelos Kaingang.

Sobre essa questão, Emperaire (2015, p. 2) defende que “(...) um sistema agrícola é um sistema aberto, construído entorno de relações entre sociedades, territórios e plantas, que incorpora determinados elementos em função de contextos culturais, ecológicos, históricos e também políticos”.

Apesar dos numerosos trabalhos feitos sobre a “resistência Kaingang”, pouco se sabe sobre a resistência dentro/atraves dos sistemas agrícolas. Assim, este trabalho busca evidenciar e (re)conhecer, as formas de resistência cultural que contribuem para a vitalidade dos conhecimentos indígenas associados à agrobiodiversidade, assim como a manutenção da diversidade alimentar tradicional,

e a transmissão destes saberes tradicionais para as futuras gerações em tempos de forte mudança.

Neste sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Construir uma linha do tempo, a partir do século XIX, para mostrar os eventos que contribuíram para as dinâmicas territoriais e culturais dos Kaingang, analisando seus impactos culturais, ambientais e sociais na percepção deste povo.

b) Identificar a forma como os Kaingang percebem o conceito de agricultura tradicional, as mudanças territoriais e produtivas, as técnicas de cultivo e espécies antigamente cultivadas e hoje já perdidas, além das técnicas de cultivo e plantas introduzidas e ainda conservadas pelos Kaingang.

Tais objetivos pretendem responder às seguintes perguntas norteadoras: Como o povo Kaingang de Nonoai tem conseguido manter e/ou adaptar a agricultura de subsistência? Quais são as formas de resistências? Está havendo uma substituição gradativa do modelo agrícola? É realmente uma substituição? Pela maior parte das famílias? Os Kaingang da TI Nonoai ainda produzem seus alimentos? Na percepção do povo Kaingang, porque é importante manter/ adaptar o sistema agrícola tradicional? Como se dá a participação dos jovens nos sistemas produtivos? Aproximadamente quantas espécies da agrobiodiversidade Kaingang já se perderam? Há na comunidade pessoas que fazem o papel de guardiões das sementes?

1. METODOLOGIA

O trabalho teve como área de estudo a Terra indígena (TI) Nonoai, situada no estado do Rio Grande do Sul. Especificamente a pesquisa foi realizada nas três principais aldeias dessa TI: Aldeia Bananeiras, Aldeia Pinhalzinho e Aldeia Sede do Posto. Essas aldeias são formadas por vários pequenos vilarejos- setores ou comunidades.

Para chegar aos objetivos propostos foram utilizadas as seguintes metodologias:

No primeiro momento, analisei o material bibliográfico sobre o histórico da colonização regional, a perda e a retomada do território indígena, a história agrária da região e do local, a evolução das leis e as intervenções do Estado. Busquei analisar imagens de satélite, fotos históricas e reportagens, de modo a reconstituir as mudanças ocorridas na paisagem.

No segundo momento da pesquisa, me dediquei a trabalhar com a memória e percepção do povo Kaingang de Nonoai, através de histórias de vida e entrevistas semiestruturadas com pessoas mais velhas (anciãos) e lideranças da comunidade, relembro situações, datas e eventos importantes que tiveram influência na agricultura, na paisagem, no tempo e no viver Kaingang. A linha de tempo foi utilizada como forma de entender a relação entre a dinâmica territorial sofrida pela TI Nonoai e o atual sistema agrícola Kaingang. A maior parte das pessoas entrevistadas relatou suas histórias e experiências na língua Kaingang, que foram traduzidas de forma literal. A maioria das falas citadas foram traduzidas por mim mesma.

No terceiro momento, identifiquei grupos distintos de famílias, divididos por diferentes perfis de agricultores. Foram selecionadas seis famílias por comunidade, totalizando um número de 18 famílias. Essas foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo foi formado por famílias que trabalham somente com produção para auto-consumo e o segundo grupo, composto por famílias que trabalham com os dois tipos de produção: o “tradicional” e as outras formas de produção agrícola para o auto consumo e o “convencional” para comercialização (sistema produtivo misto).

Realizei “percursos comentados” com os agricultores em seus locais de cultivo (ex: lavouras de soja, cultivos de arado, roças de corte e queima, cultivos de quintal e acampamentos). Procurei entender como essas famílias têm conseguido

manter as formas "alternativas" de cultivo, mesmo com a pressão econômica e política para adotarem a agricultura de larga escala para comercialização. Para isso, procurei descrever as práticas agrícolas das famílias, identificar as demais atividades econômicas dos membros das família (pais e filhos), para entender como eles dividem o seu tempo de trabalho e como se dá a participação ou não, dos jovens na manutenção destes diferentes tipos de cultivo.

Já num último momento, através da metodologia de "percurso comentado", levantei as espécies e variedades de plantas cultivadas atualmente por 18 famílias da TI Kaingang de Nonoai. Levantei também a lista de plantas cultivadas "antigamente", com o interesse de identificar as plantas (espécies e variedades) e técnicas que foram perdidas, e aquelas que foram adaptadas e/ou incorporadas. Isso também permitiu identificar quem são as principais pessoas que conservam a agrobiodiversidade na comunidade.

2. POVOS INDÍGENAS E AGRONEGÓCIO NO SUL DO BRASIL

2.1 Lutas, resistências e incorporações

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população brasileira somava 190.755.799 pessoas, dentre as quais, aproximadamente, 818 mil são indígenas, representando 305 diferentes povos e 274 línguas indígenas. Os dados sobre população indígena do IBGE diferem dos dados do Instituto Socioambiental- ISA divulgados em abril de 2017. De acordo com o ISA, a população indígena é de 715. 213 pessoas, distribuídas em 252 povos. (ISA, 2017, p.)

Os Povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil. A região Norte concentra o maior número de indivíduos (305.873 pessoas). De acordo com a figura abaixo, a região Sul concentra atualmente uma população indígena de 74.945 indivíduos, sendo, então, a região com o menor número de indígenas do País (IBGE, 2010).

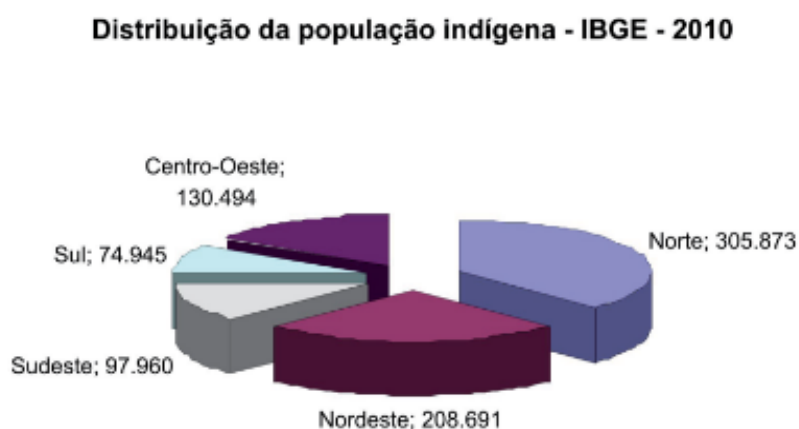


Figura 1: Distribuição da população indígena,. Fonte: Funai 2017.

Mesmo com as diferenças socioculturais existentes entre os diferentes povos Indígenas do Brasil, estes têm enfrentado problemas análogos. Hoje, diferentes monoculturas estão presentes nas cercanias das terras indígenas. Na região Sul, imensas áreas de cultivos de grãos como a soja, o milho e o trigo formam

paisagens uniformes.

A proposta desenvolvimentista adotada na região Sul vem avançando também sobre a região Centro-Oeste. Hoje, o Mato Grosso, que é o estado que abriga o maior número de etnias indígenas do país, representa muito bem esse problema. Nesse estado a agropecuária e a agroindústria expandem-se com mais intensidade. De acordo com o artigo publicado pela Ong Repórter Brasil, em julho de 2010, a geografia plana característica do estado do MT tem sido motivo de cobiça por pecuaristas e produtores da agricultura extensiva.

Na década de 1970, ainda sob a ditadura militar, o governo federal incentivou a migração de agricultores do Sul do país para o Centro-oeste, dando início a uma história de invejável desenvolvimento econômico e catastrófica degradação ambiental. (Reporter Brasil 2010, p.3).

Atualmente, além das muitas lutas frente a tantos retrocessos referentes aos direitos indígenas, há a luta frente ao avanço das monoculturas sobre as terras indígenas já garantidas, sobretudo impedindo a demarcação de novas TIs, como é o caso dos Guarani Kaiowa no Mato Grosso do Sul. De acordo com Conceição e Lopez (2016, p.1):

[...]Desde o início do século 20, o povo Guarani Kaiowá vem sendo expulsos de seus territórios tradicionais e, sem poder viver mais em suas terras, foram confinados em reservas, criadas pelo Governo através do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), enquanto suas terras estavam sendo ocupadas e colonizadas por não indígenas, que obtiveram títulos de propriedade privada dos territórios tradicionais, introduzindo a monocultura, objetivando a mercantilização de suas terras. [...]Ou seja, essas reservas indígenas foram criadas pelo Estado com o intuito de retirar os indígenas de suas terras tradicionais e confiná-los em pequenos espaços de terra, como uma política de colonização e mercantilização de seus territórios tradicionais. Essas expulsões não ocorreram de forma pacífica. Os indígenas não eram consultados, mas desalojados de forma violenta, com sérias violações aos seus direitos como cidadãos e seres humanos. Os Guarani Kaiowa já esperam há mais de 20 anos na beira da estrada pela demarcação de suas terras. Estão confinados entre a monocultura de cana-de-açúcar e a rodovia, numa pequena área de sua terra tradicional já que a maior parte de suas terras foi tomada por fazendeiros. [...] O confinamento dos Guarani Kaiowá nestas pequenas reservas trouxe sérios prejuízos, entre eles, suicídios, fome (quase não possuem área para plantar, pois tudo está sendo tomado pela monocultura e a pecuária), precariedade na saúde, educação, segurança, falta de água potável, etc. Inconformados com a situação que estavam vivendo, os indígenas resolveram retomar as suas terras ancestrais ocupadas pelos fazendeiros, cansados de esperar anos pela demarcação de suas

terras pelo Governo Federal, que nunca se mostrou eficaz na defesa dos direitos indígenas. Desde então, eles vêm sofrendo mais violências, inclusive com assassinatos, para serem impedidos de retornarem aos seus territórios tradicionais.

Documentários como "Martírio" de Vincent Carelli, e "Índio, cidadão?", dirigido por Rodrigo Siqueira Arareju, evidenciam e, ao mesmo tempo, denunciam a situação enfrentada pelos Guarani Kaiowá.

Na Terra Indígena Nonoai, objeto de estudo deste trabalho, a produção de grãos, também chamada de agricultura intensiva, já faz parte do cotidiano da população. Assim como no entorno, dentro da TI há uma grande produção desse tipo. Essa produção foi intensificada devido a parcerias agrícolas entre uma cooperativa indígena e produtores agrícolas da região. Tal parceria agrícola foi autorizada pelo Ministério Público do estado do RS em 2011. Porém, antes do início destas parcerias, algumas famílias Kaingang já vinham cultivando esses grãos a custo próprio.

Os "efeitos colaterais" resultantes do desenvolvimento dessas regiões já são sentidos pelas populações indígenas que vivem nas cercanias destes locais. Na TI Nonoai, a degradação ambiental provocada pela monocultura de grãos já é bastante evidente. Na pesquisa de campo feita na TI Nonoai, foi comum ouvir relatos sobre os problemas de assoreamento e aterramento dos rios que drenam as terras indígenas, a contaminação dos cursos d'água, a destruição das matas ciliares, o empobrecimento e desertificação do solo, a escassez de materiais utilizados na produção dos artesanatos, além de relatos de pulverização de agrotóxicos muito próximos a residências e seus cultivos.

Todos estes problemas no caso da TI Nonoai se tornam ainda mais graves, já que além dos *fóg* (brancos ou não indígenas) que continuam tentando adentrar além dos limites demarcados da terra indígena, para aumentar suas áreas de plantio, nesta TI, como já relatado, a monocultura de grãos já se faz presente dentro da terra indígena.

Sabe-se que a agricultura convencional passa por um processo contínuo de modernização, incluindo a incorporação de novas tecnologias a todo momento, além de ser altamente dependente de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Isso gera o crescimento econômico, mas é sempre acompanhado de

riscos potenciais ao meio ambiente. No caso de povos indígenas e tradicionais, gera também riscos e impactos aos sistemas agrícolas tradicionais e seus conhecimentos associados, que são hoje as formas de sustentabilidade e autonomia de vários povos. Sobre a importância na manutenção desses sistemas agrícolas, Bustamante e Dias (2014) afirmam:

A conservação local da agrobiodiversidade (in situ/on farm) pelos agricultores, permite que os recursos genéticos estejam sempre sendo enriquecidos enquanto são amplamente utilizados. Tal conservação representa também importante instrumento para o empoderamento das comunidades locais e o fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais e locais, ricos em agrobiodiversidade, ampliando a possibilidade de segurança alimentar e nutricional dessas populações (BUSTAMANTE E DIAS, 2014, p.5).

Para Little (2002, p.44):

[...] As atividades de subsistência continuam fornecendo as principais fontes de alimento para muitos desses grupos e, mais ainda, lhes oferece uma "segurança alimentar", um elemento fundamental em qualquer modelo de desenvolvimento. Em muitos casos, as atividades de subsistência - sejam elas de roça, de caça, de coleta ou de pesca - estão intimamente vinculadas com expressões rituais e artísticas desses grupos de tal forma que a manutenção dessas atividades representa simultaneamente um mecanismo de fortalecimento cultural. (Little. 2002, p.44)

No caso de algumas TIs Kaingang na região Sul, parece que ao mesmo tempo que há uma "luta" frente ao avanço dos monocultivos sobre essas TIs, há uma situação na qual parte dos indígenas adota os monocultivos. Diversas pessoas e instituições indígenas e não indígenas, se envolvem na luta contra o avanço do agronegócio nas TIs, que representa grave ameaça aos direitos, saúde, sustentabilidade e cultura, mas na prática pouco se sabe sobre as interações entre comunidades indígenas e o agronegócio. Nesse sentido, é preciso entender como se dão estas transformações dentro das comunidades e quais os impactos e a resiliência dos seus sistemas agrícolas tradicionais frente a toda essa questão.

2. 2 Antes território Kaingang, hoje mar de monocultivos: O estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a mídia costuma veicular informações sobre a importância da agricultura no crescimento econômico do Estado. A notícia a seguir foi extraída de um jornal da região e analisa o aumento da produtividade no Estado:

Produtores de soja do Rio Grande do Sul estão aguardando a maior safra da história, com produção recorde de mais de 12 milhões de toneladas, o que representa um incremento de quase R\$ 33 bilhões na economia do Estado. O crescimento não termina por aí: pesquisadores do setor acreditam em números ainda maiores para safras futuras. (RURAL BR. 2013)

Porém, ao longo do texto, observamos que as áreas plantadas são resultado do desmatamento histórico da maior parte das florestas do Estado. Estas florestas deram lugar a imensas plantações de grãos. De acordo com Backes, (2012, p.109)

O estado do Rio Grande do Sul, pode ser dividido em duas grandes áreas com características completamente diferenciadas, A metade norte compreende as regiões com altitudes mais elevadas e mais acidentadas conhecidas geralmente como o planalto, onde predominavam formações florestais. A região sul compreende as regiões de menor altitude e com uma paisagem mais uniforme, conhecida como o pampa sul-rio-grandense. Neste predominavam formações herbáceo/arbustivas, isto é, campos, sem haver, no entanto predomínio total nem das florestas na metade norte, nem das formações herbáceo/arbustivas ao sul. (Backes. 2012, p.109)

A afirmação de Backes sobre os biomas do RS pode ser observada nas Figuras 2 e 3, abaixo.

De acordo com dados da Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS-FEPAM-RS, a Mata Atlântica ocupava 39,7% do território gaúcho, estando hoje reduzida a 2,69% e que corresponde a 7.496 km². A maior parte das áreas que originalmente eram cobertas por florestas nativas (Mata Atlântica) foi convertida em monocultura de soja.

Já o bioma Pampa, também conhecido como Campos do Sul ou Campos Sulinos, ocupa hoje uma área de 178.243 km² do estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente 63% do território do estado e 2,07% do território nacional. O Pampa é constituído principalmente por vegetação campestre (gramíneas, herbáceas e algumas árvores). O MMA estima que em 2002 restavam 41,32% e em 2008 restavam apenas 36,03% da vegetação nativa do bioma Pampa. A progressiva

introdução e expansão das monoculturas (Eucalipto e Pinus) e das pastagens com espécies exóticas (utilizadas na pecuária) tem levado a uma rápida degradação e descaracterização dessa paisagem natural. O eco, (2017)

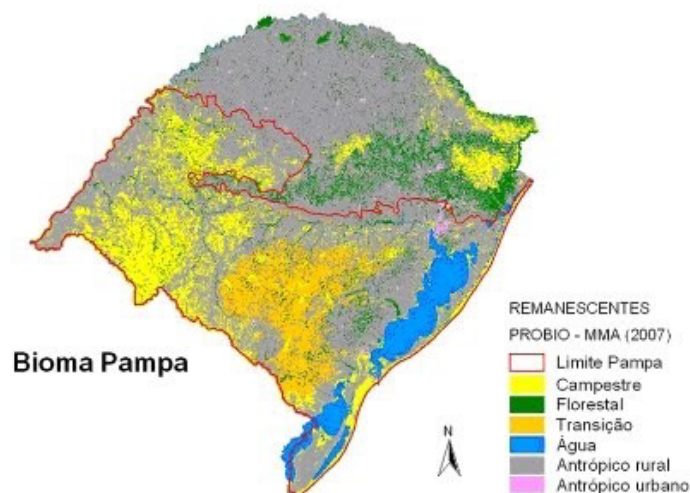


Figura 2: Principais Biomas do Rio Grande do Sul. Fonte: PROBIO- MMA. 2007

Tanto as formações florestais remanescentes e os campos naturais apresentam, de maneira geral, uma estrutura alterada pela exploração predatória dos seus recursos. Isso resulta na erosão do solo, diminuição da biodiversidade, destruição de matas ciliares e nascentes, assoreamento e degradação de mananciais. Estes mananciais estão também contaminados por agroquímicos usados em lavouras, esgotos urbanos, irrigação, agravando cada vez mais a escassez da água e diminuindo sua qualidade.

De acordo com o IBGE, o estado do RS apresentava em 2010 uma população de aproximadamente 10.693.929 em uma área total de 281.748,538 km², o equivalente a 3% de todo o território Nacional. De acordo com o Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS (SEMA-RS), somente 2,67% do território gaúcho está em unidades de conservação (UC), considerando-se UCs nacionais, estaduais, municipais e as Reserva Particulares do Patrimônio Natural Estadual (RPPNs).

No Estado do Rio Grande do Sul, as áreas conservadas podem ser consideradas verdadeiras ilhas de biodiversidade em meio a grandes extensões de plantações de soja (FREITAS, 2000). A Figura abaixo mostra a cobertura e o uso do

solo do Rio Grande do Sul. Ao analisá-la é possível compreender a real situação da questão ambiental no estado e concluir que a atividade agrícola é uma das principais causas do desmatamento no estado e, conseqüentemente, no entorno das terras indígenas.

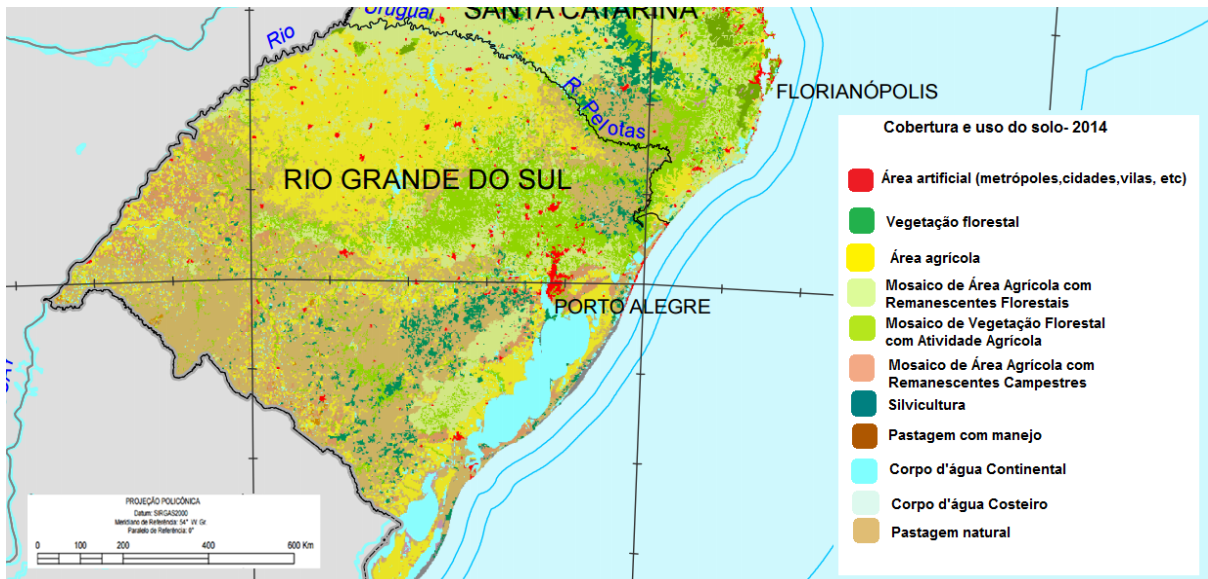


Figura 3: Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, 2014 Fonte: IBGE, Adaptado pela autora.

Hoje, quando tratamos de áreas protegidas, nota-se claramente que o estado do Rio Grande do Sul apresenta um histórico conturbado, desde sua colonização sofre com a devastação de suas florestas de araucárias e mata atlântica. Antigamente essas florestas cobriam a porção norte do estado gaúcho e hoje apresentam pequenos fragmentos situados, principalmente em Unidades de Conservação (UC's) e em Terras Indígenas.

A Figura a seguir mostra a localização das terras indígenas na região Norte do RS e Oeste de SC. Nessa imagem é possível notar a cobertura vegetal nas TIs dessa região. A TI Nonoai, local de estudo dessa pesquisa, é cercada por grandes extensões de monoculturas de grãos como a soja, o milho e o trigo. Os monocultivos do agronegócio também estão bastante presentes no interior da TI.

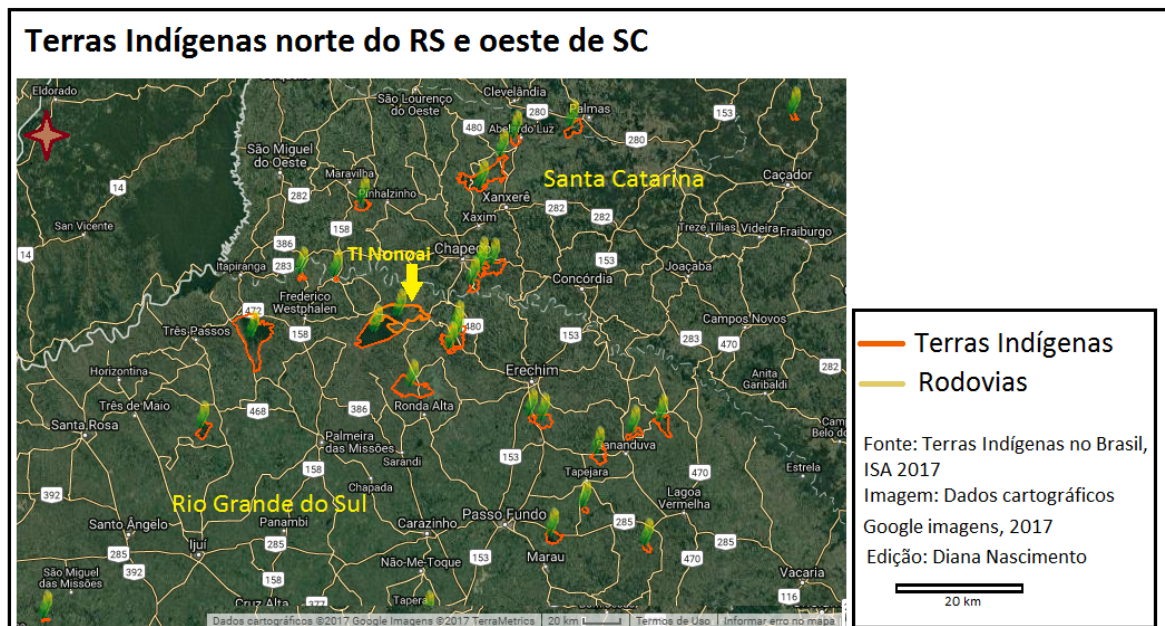


Figura 4: Terras Indígenas no Norte do RS e oeste de SC.



Figura 5: Caminho para a Aldeia Sede do Posto, TI Nonoai, 2014 Fonte: Acervo pessoal da autora



Figura 6: Soja recém colhido- TI Nonoai, Aldeia Bananeiras. Abril de 2014 Fonte: Acervo pessoal da autora.

2. 3 *Inh ĩmã* (minha terra): a Terra Indígena Nonoai

A Terra Indígena Nonoai, localizada ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, engloba territórios de quatro municípios distintos: Planalto, Rio dos Índios, limite norte, Nonoai, ao noroeste e Gramado dos Loureiros, ao Sul. São municípios de pequeno porte, cuja população varia de 2 mil habitantes, no caso Gramado dos Loureiros, a 12 mil habitantes no caso de Nonoai. A demarcação original de Nonoai se deu em 1857, a área reservada aos Kaingang era de aproximadamente 420 mil hectares (PORTAL KAINGANG, 2017). Porém, depois de um longo e traumático processo de invasão os Kaingang perderam a maior parte do seu território.

De acordo com dados da FUNAI (2015), hoje a Terra Indígena Nonoai tem uma área de 19.830 hectares, onde vive uma população de aproximadamente 2.814 indígenas (IBGE, 2010). Destes, aproximadamente 100 pessoas são da etnia Guarani, enquanto o restante dessa população é da etnia Kaingang. A população

Kaingang se encontra distribuída em três aldeias principais: Aldeia Pinhalzinho, Aldeia Bananeiras e Aldeia Sede do Posto. Até pouco tempo, o posto da Funai localizava-se nesta última aldeia, o que explica este nome. Cada aldeia se divide em vários setores, também chamados de vilarejos.

2.3.1 Caracterização da vegetação, do clima e do relevo local

De acordo com a população local, a vegetação é definida como: *nãñ*, que são locais com mata fechada, *kute* ou *nãñ sĩ*, são conhecidos localmente como capões de mato, um agrupamento de vegetação arbórea cercada por campo ou algum tipo de cultivo, *re* são lugares descampados ou de campos naturais e *ẽgóho* são capoeiras ou locais com vegetação esparsa. Segundo o IBGE, a vegetação dessa região é de floresta ombrófila mista.

Sobre os usos dessas diferentes vegetações, no *nãñ* é onde acontecem as principais atividades. Nestes locais coletam: *Pĩ tóg* (lenha), *vãñ* (taquara), *mrũr* (cipó), *kó mrũn* (cipó guaimbé), *venhkagta* (remédios tradicionais), e frutos como *fág* (pinhão), *pénva* (guabirova), *mẽ* (jaboticaba) e *kókũ* (vacum). Além disso, coletam o mel, que além de alimento, é utilizado como remédio para tosse junto com outros chás. Antigamente, a cera (*néj*) desse mel era utilizado para fazer vela.

Os *kute* ou *nãñ sĩ* não são muito utilizados. Na maioria das vezes, estão em meio aos roçados ou plantios de soja e servem de refúgios para alguns animais silvestres, principalmente o tatu.

No caso do *re* (capim), essa vegetação antigamente era utilizada para a cobertura das casas. Hoje é utilizada somente pelas famílias que têm juntas de bois. Estes queimam o capim e lavram com boi e arado; depois a terra é cultivada. A dificuldade em se trabalhar neste tipo de vegetação se dá devido ao capim nascer muito rápido, caso a terra não seja arada logo depois da queima.

Os *ẽgóho* (capoeiras) são utilizados, principalmente nas roças de toco. Estas áreas, depois de roçadas são queimadas e cultivadas.

O relevo regional é em sua maior parte plano. Em algumas regiões é suavemente ondulado, em outras, fortemente ondulado. Para a população local, o relevo se caracteriza como: *mer /pãnónh* (baixadas ou locais com declives) e *ga han já* (locais planos-vargem).

Nessa região, as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano. Durante o inverno, a ocorrência de geadas e temperaturas abaixo de zero são frequentes.

Nós, Kaingang, dividimos as estações do ano em *kusa* (inverno), *prÿg kirã* (entrada da época de cultivo) e *prÿg ã kirã*, (entrada do ano novo). A divisão das três estações ou épocas do ano se relaciona exclusivamente com a época e os locais de cultivo.

De acordo com o calendário agrícola Kaingang, considera-se que, quando começa o vento de agosto, é provável que o período de geadas já tenha passado. Isso significa que está na hora de preparar a terra para o cultivo das espécies a serem plantadas primeiramente, em âmbito local, essas espécies são conhecidas como “plantas do cedo”, por serem as primeiras a serem plantadas. Porém, por precaução, os primeiros cultivos são feitos em locais de declive, uma vez que a geada a partir de agosto já é mais branda e não chega a se acumular nesses locais, assim, caso venha outra geada esse cultivo não se perde. Os meses utilizados para cultivar tais espécies são, agosto, setembro, fevereiro e março. Os cultivos feitos nos dois meses que antecedem o inverno também são conhecidos como plantas do cedo.

Já nos locais planos (vargens) o início do cultivo se dá quando não há mais nenhuma probabilidade de geada. Os cultivos feitos nesses locais são conhecidos localmente como “plantas do tarde”. Essa época se inicia em meados do mês de outubro e vai até início de fevereiro. Nesses quatro meses, os Kaingangs consideram ambos tipos de relevo propícios para qualquer tipo de cultivo.

O relevo plano encontrado na maior parte do território torna essa região apta e bastante cobiçada para a agricultura extensiva mecanizadas.

2.3.2 Característica econômica regional e da TI

A economia dos municípios que permeiam a TI é bastante semelhante. Atividades como a produção de soja, trigo e milho, além da produção de leite, estão entre as principais. Porém, a economia destes municípios se fortalece principalmente com empresas frigoríficas de frangos e suínos, instaladas em cidades de médio porte nos arredores destes municípios. É comum os indígenas viajarem de duas a quatro horas por dia para trabalharem nessas grandes empresas (multinacionais como JBS e a BRF).

Na TI Nonoai, a economia das famílias gira em torno de várias atividades: a produção de soja e milho, a venda de produtos excedentes da agricultura de subsistência e o trabalho assalariado em empresas da região, além dos trabalhos dentro da TI, é o caso dos funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e das escolas indígenas. Estes estão distribuídos nos três postos de saúde que existem, um em cada aldeia, da TI, que contam com profissionais bastante diversificados. Já os profissionais da educação se distribuem nas sete escolas da TI. Há também muitos indígenas que se dirigem a cidades mais distantes em época de colheitas de cultivos temporários como uva, maçã, alho e cebola.

Outra forma de economia se baseia na venda de artesanatos, como balaios (*vãfy*), cestos (*kre*), as flechas decorativas (*no*), peneiras (*gren*), chapéus (*sãpe*) e bolas decorativas feitas de cipó (*mrür*). Na confecção destes artesanatos, os materiais utilizados são: a taquara mansa (*vãn pẽ*), taquaruçu (*vãgvãsa*), o cipó (*mrür*), além da crissíuma (*krẽ*), que se assemelha à taquara, porém é bem mais fina e lisa. Outro artesanato que há pouco tempo muitas famílias começaram a confeccionar é o filtro dos sonhos, feitos com pena coloridas, linhas e miçangas compradas. O artesanato ainda é uma das principais fontes de renda para uma grande parte da população desta TI.

O acesso a programas do governo como Bolsa Família também é uma fonte de renda para a maioria das famílias.

Quando se trata de agricultura, a TI apresenta um aspecto bastante parecido com a maioria das TIs Kaingang da região. Estas, por estarem localizadas em áreas privilegiadas pelo clima, solo e relevo, são fortemente cobiçadas para o plantio em larga escala de monoculturas. Através de parcerias agrícolas firmadas entre uma cooperativa indígena e agricultores *fóg* da região desde 2011, as áreas de plantio de soja dentro da TI tem aumentado cada vez mais.

A maior parte da área utilizada para o cultivo de soja, milho e trigo é proveniente da retomada de uma fazenda de aproximadamente 2.000 hectares. Esta fazenda foi retomada há pelo menos 16 anos, de acordo com dados coletado em campo, onde até hoje os Kaingang continuam a cultivar os grãos antes produzidos pelos *fóg*. Uma outra parte das áreas cultivadas com soja se dá em áreas planas localizadas em terras que foram, por aproximadamente 30 anos, griladas por posseiros, mas que foram retomadas pelos Kaingang em 1978.

Além do agronegócio, os principais problemas ambientais enfrentados hoje pelos Kaingang desta TI estão relacionados à caça, à pesca, ao corte ilegal de madeira e a degradação em busca de minérios (pedra ametista), abundante na região e na T.I. Esses problemas, em sua maioria, são ocasionados por pessoas não indígenas que adentram a Terra Indígena sem permissão ou conhecimento dos Kaingang. Além disso a Rodovia RS 324 cruza a Terra Indígena de Nonoai, passando pela Aldeia Bananeiras e Aldeia Pinhalzinho. O trecho que se encontra na TI é de aproximadamente nove quilômetros, ligando o município de Nonoai ao município de Planalto. Trecho onde muitos indígenas já perderam suas vidas devido a atropelamentos. Além disso, 6 km desse trecho passa em meio ao parque florestal, neste trecho é comum encontrar animais silvestres atropelados às margens da rodovia.

3. TERRITÓRIO E HISTÓRIA AGRÁRIA DOS KAINGANG DA TI NONOAI

3. 1. O sistema produtivo de antigamente (vãsy)

O povo Indígena Kaingang, conhecido como “Guaianá” até meados de 1882 (BECKER, 1979, pg. 34), atualmente conta com uma população de pouco mais de 37 mil pessoas (IBGE 2010). De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, no estado do RS vivem hoje 20.534 indígenas, sendo que 90% são da etnia Kaingang.

Os Kaingang historicamente ocupavam um imenso território situado no planalto meridional, ou seja, em grande parte do estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da região sul do estado de São Paulo e parte na região de Misiones, na Argentina. Este território correspondia às florestas com araucária (*araucaria angustifolia*) ou pinheirais, como são conhecidos pela população local. Atualmente, a maior parte dessa população vive em 32 Terras Indígenas espalhadas pelos estados da região Sul do país e parte do estado de São Paulo, como mostra a Figura 7. De acordo com dados da Funai (2015), o povo Kaingang, populacionalmente, é o terceiro grupo étnico indígena mais expressivo do país, estando somente atrás do povo Tikuna e do povo Guarani Kaiowa. Esse grupo representa cerca de 50% da população dos povos de língua Jê (Tronco Macro-Jê meridional).

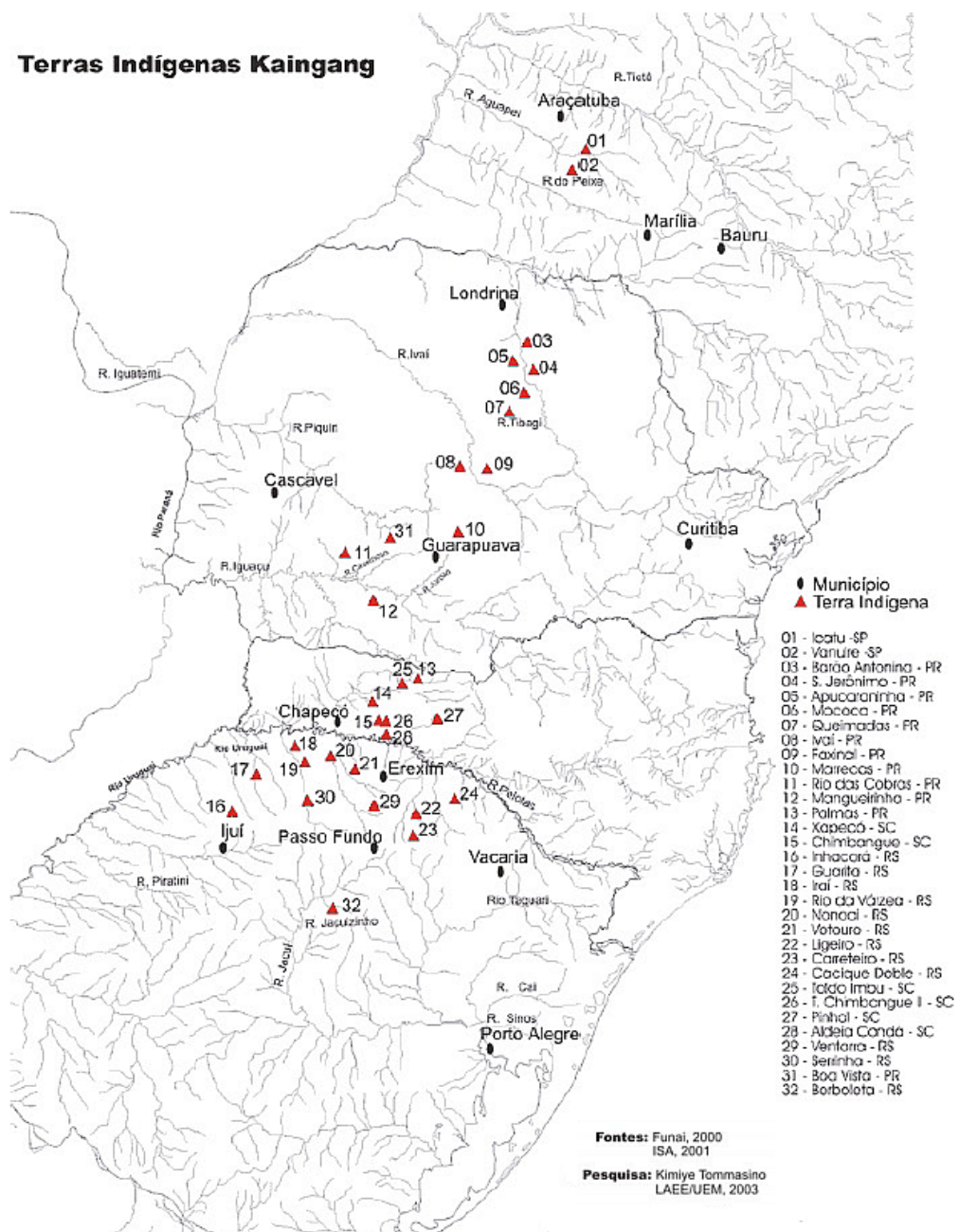


Figura 7: Mapa das Terras Indígenas Kaingang na região Sul do Brasil. Fonte: Tommasino e Fernandes, 2004.

Os Kaingang viviam preferivelmente em matas de pinheirais situados em pontos mais altos do Planalto Meridional. Becker (1976, p.177) afirma que alguns autores como Serrano (1936) e Vieira dos Santos (1949) atribuíam aos Kaingang a característica de nomadismo. Sobre isso, Becker ressalta que é preferível renomear tal atribuição como nomadismo ligado ao núcleo, já que os movimentos migratórios

para acampamentos (*vare*) longe do povoados fixos (*ẽmã*) era temporário. Essa migração acontecia, na maioria das vezes, em épocas mais quentes, quando a oferta sazonal de diferentes frutos silvestres e mel era mais abundante.

De acordo com Becker (1976), os relatos mais antigos sobre este povo descrevem os Kaingang como sendo um povo caçador/coletor e que mantinham uma agricultura “incipiente” e cultivavam pequenas roças de mandioca (*manjóká*), feijão (*rẽgró*) e milho (*gãr*) de variedades vermelha, branca e violeta). Além disso, cultivavam também abóboras (*pého*). Estas plantações eram feitas antes da migração para os acampamentos temporários (*vare*), para que quando retornassem ao *ẽmã*, houvesse outros alimentos disponíveis.

Ambrosetti (2006), ao se referir aos Kaingang de Misiones na Argentina, afirma que os Kaingang tinham uma relação forte não só com a agricultura, mas também com a pesca:

Esse povo empregava seu tempo em muitas coisas, todas tendentes a obtenção de alimentos. Uma parte do tempo era destinada a fazer suas roças e plantações de milho e abóboras nas matas que circundavam a campina (clareira descampada que se encontra dentro da mata). Uma vez terminada essa tarefa, as abandonavam para acampar próximos a algum dos grandes arroios que desaguam no Alto Paraná e contêm muitos peixe para fazer seus paris (grande cesto submerso na água, destinado a apanhar peixes). (AMBROSETTI 2006, p.14).

Em uma roda de conversa, o senhor Luís Campolim, sua esposa Marinês, o Sr. Fagunde, Dona Antoninha, o Sr. Pěnvěká e D. Tereza, da comunidade Bananeiras (TI Nonoai), foram relataradas as espécies que cultivavam antigamente (*vãsy*): o milho caiano, branco e cunha (*Gãr kughu*), a pipoca (*gẽru*), o *Gẽnma*, e o *Karapé*- sobre as duas ultimas especies de milho citadas, os entrevistados disseram são saber o nome em portugues e que hoje já não é possível encontrar tais espécies; várias espécies de feijão (vermelho, amarelo, branco tupi, bagual, murinho/mourinho, carioca vermelho, preto, chileno branco, cavalo e *mó téj*); duas espécies de arroz (piriquita e agulhão), muchico, melancia amarela e vermelha, *Kynñ*, batata roxa e mandioca. Afirmaram ainda que a maioria dessas espécies já havia sido perdida.

Sobre o preparo do solo para plantio, Metraux (1963; *apud* Becker 1976, p. 183), relata que os Kaingang quebravam as matas esparsas com as mãos e queimavam depois de seco.

A memória Kaingang mostra detalhes de como era feito o roçado e seu cultivo:

Depois de roçado [o mato] a gente queimava. Depois juntávamos todos os galhos grossos que não haviam queimado direito, e amontoávamos e queimava novamente. Depois disso a terra já ficava bem limpa. A primeira vez que você faz o roçado no lugar, você já plantava. Se era a segunda plantação, você tinha que limpar com enxada e fazer as cova ou as vergas para plantar batata e mandioca. Antigamente, depois de queimar o roçado e limpar a plantação, não nascia muito mato. Na época nascia só um tipo de capim (conhecido como *órog kupri*). [...] Minha mãe plantava milho e no meio plantava o feijão caupi (*régró mó téj*) [plantio consorciado], Os pés de milho ficavam cobertos de feijão. Elas [mulheres] colhiam em cestos. A mandioca ela plantava do lado [do milho], e o feijão se espalhava também pelos pés de mandioca. Ela [sua mãe] plantava várias espécies de feijão embaixo do milho. E ao redor dessa plantação [consorciada], ela plantava cana de cacho (*kynîn*) [sorgo] ou pipoca (*gêru*). Eu fazia também. Faz pouco tempo que deixei de fazer. Nós fazia assim para não precisar fazer vários roçados. Aproveitava para plantar tudo junto. (Tereza Jacinto, 63 anos, TI Nonoai, aldeia Bananeiras, 2017).

Sobre a participação das mulheres no cultivo, Becker afirma que há uma contradição entre vários autores. Alguns autores afirmam que os homens eram responsáveis pelo preparo da terra, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelo plantio e colheita. Há autores que afirmam que somente os homens eram responsáveis pelo cultivo. Já alguns afirmam que o trabalho era feito em conjunto, assim como a coleta de frutos.

Minha mãe Kagmũ, indígena da TI Nonoai, em uma de nossas diversas conversas, relatou-me que sua mãe Jakáj roçava o mato com foice e quando o roçado secava, era feita a queima. Para o plantio, ela utilizava uma ferramenta feita de madeira conhecida como *xacho*. Essa ferramenta era aparentemente semelhante a uma cavadeira- ferramenta utilizada para abrir buracos no solo. Porém, toda de madeira. Para confecção do *xacho*, o tronco de uma árvore de aproximadamente 20 cm de diâmetro era cortado e entalhado afim de deixar uma ponta fina e retangular. No plantio, ao mesmo tempo em que o *xacho* violentamente abria o solo, as sementes do milho e feijão eram jogadas na cova recém aberta. A Figura 8 abaixo

ilustra essa técnica.

A senhora Nadir, indígena da aldeia Bananeiras me relatou a forma como carregavam a semente no plantio com o *xacho*:

Pro meu finado pai, minha mãe pegava as calças jeans que já não usavam mais, ela rasgava e costurava em formato de bolsa, ela fazia umas tiras compridas pra que ele pudesse pendurar no pescoço. Nessa bolsa ele carregava a semente de milho e plantava com xacho. E fazia roça. Nós não conhecia maquininha de plantar (Nadir Vergueiro, TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017).



Figura 8: Plantio com xacho. Fonte: Elaborado por Silmar P. Silva.

Apesar de não nascerem muitas ervas daninhas nas roças de corte e queima, as poucas ervas que apareciam eram retiradas com enxada (*ménsám*) ou com as mãos. No processo de colheita, no caso do feijão, depois de arrancado, uma parte era malhada; estendiam um tecido no chão, colocavam uma parte deste feijão em cima e com o manguá (tronco de uma árvore fina) batiam no monte de feijão até

todos os grãos soltarem da vagem. Observe a Figura 9 abaixo.
Esse processo de malhar o feijão, ainda é muito comum na TI Nonoai.



Figura 9: Malhando feijão. Fonte: Elaborado por Silmar P. Silva.

A outra parte do feijão arrancado era empilhada e deixada na roça. Esse empilhamento era feito da seguinte forma: primeiro cortava-se um tronco não tão grosso de árvore (aproximadamente 20 cm de diâmetro) que era fixado vertical e firmemente ao solo. Depois pegavam o feixe do feijão recém arrancado e o transpassavam horizontalmente no tronco, empilhando de forma organizada. Após o empilhamento colhiam capim para cobrir o topo do feijão empilhado para que a chuva não estragasse o feijão. Observe a Figura 10 abaixo.

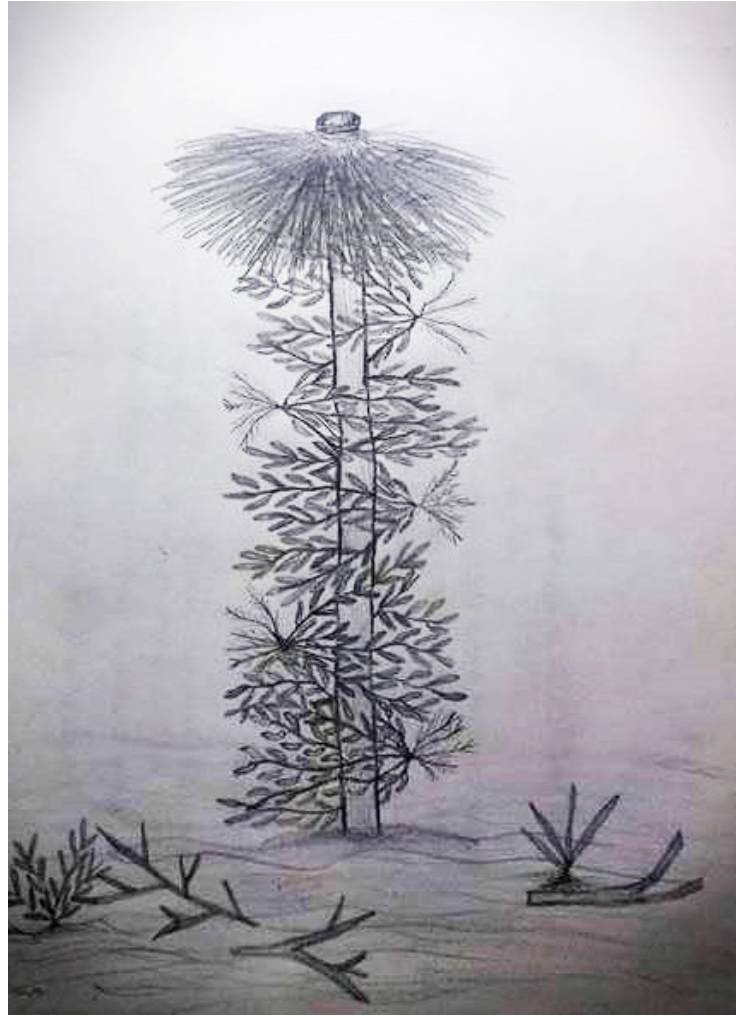


Figura 10: Antiga forma Kaingang de conservar o feijão na roça. Fonte: Elaborado pela autora.

Vários destes mastros de feijão eram deixados na roça. Somente quando o feijão que haviam maiado e levado para casa estava acabando, eles voltavam pegar mais na roça.

Sobre o processo de conservação das sementes para o próximo plantio, minha mãe, Tereza Jacinto, da Aldeia Bananeiras, me relatou que antigamente a conservação do milho caião (*gã̃r kughu*), cunha e o milho branco (*gẽ̃nma*) era feita da seguinte forma: a espiga do milho era descascada e sua palha amarrada uma na outra, fazendo vários feixes. Esse feixe era pendurado na vara de sustentação da casa (caibro), para que o milho ficasse em contato direto com a fumaça vinda do fogo de chão. A fumaça não deixava o milho carunchar, pois as pragas responsáveis pelo estrago da semente não se instalam em locais com fumaça. Somente na época

do plantio esses feixes eram retirados e debulhados para o plantio. Ver Figura 11 abaixo.



Figura 11: Conservação da semente de milho. Fonte: Elaborado por Silmar P. Silva, 2017.

Sobre a alimentação Kaingang, no tempo antigo/*vãsy*, época em que havia fartura de diversos alimentos, a culinária tradicional Kaingang era rica em nutrientes e contava com uma imensa variedade de espécies de feijão, milho, batatas, mandiocas, abóboras. Havia também o consumo de um número bem grande de folhas e cogumelos, como citaram alguns indígenas. Tais alimentos foram citados somente na língua Kaingang, já que não sabiam como eram chamados na língua portuguesa, alguns destes são: *Radisa*, *Siraj*, *grũ*, *caruru*, *vanvyr*, *pyrfé*, *sëginh*, *jóhó*, *krunũn*, *nyr*, *fÿj*, *kumĩ*, *fuva*, além de algumas espécies de cogumelos chamados de *ka nigrãg* ou *ëgóho kupri*, os quais atualmente ainda são preparados por algumas famílias. Outros alimentos citados foram as farinhas feitas com o milho crioulo (*gãr kunhu*), como o *ãmro* (*farinha de beiju*) e o (*Pisé*).

O *ãkór*, que também era um bolo feito do milho crioulo, onde debulhavam o milho, colocavam num cesto e deixavam na água durante oito dias até começar a soltar um odor. Passados esses dias, o milho era retirado da água e socado, até

virar uma massa de bolo. Essa massa era envolvida na folha de uma espécie de caitê e colocado para assar na cinza coberta por carvão.

Durante as estações rigorosas de inverno, o pinhão (*fág*), fruto das araucárias, era sua principal fonte de subsistência. Além disso, coletavam também outros frutos silvestres. O mel que também fazia parte da dieta Kaingang, além de ser consumido puro era utilizado na preparação do *kiki*, bebida fermentada feita de mel e ervas, era preparada em um cocho feito de *fág* (pinheiro) que utilizavam em seus principais rituais.

Como dito anteriormente, o pinhão (*fág*), citado por vários autores como item básico da alimentação Kaingang era um dos principais motivos dos movimentos migratórios. A importância desse alimento se dava principalmente devido a escassez de alimentos que os Kaingang ficavam expostos durante os rigorosos invernos da região sul. Assim, os Kaingang migravam em grupos familiares pelo extenso território em busca de pinhões, que seria seu principal sustento durante aproximadamente 4 meses de inverno. (BECKER, 1976, p. 178).

Sobre a pesca, antigamente o uso de uma espécie de cipó era muito comum. Essa forma de pesca é conhecida em Kaingang como *pénjo*. Através de relatos de minha mãe pude ouvir um pouco sobre essa técnica.

Eles cortavam o cipó socavam e jogavam na água. Esse cipó faz os olhos do peixe ficarem esbranquiçados e eles acabam morrendo. Dizem que eles iam em várias famílias fazer o *pénjo*. Dormiam na beira do rio. Levavam a mistura pronta de casa. As mulheres faziam bolo e carregavam pra lá. No início da noite eles jogavam o cipó, logo que eles jogavam os peixes já ficavam submersos, já começavam a pular. De noite mesmo eles já pegavam esses e comiam. No outro dia bem cedo eles juntavam o resto. Enquanto alguns juntavam na beira do rio, outro grupo já espera lá embaixo com o *pãri* pronto. O *pãri* era armado onde o rio não era tão fundo e extenso. Porque assim os peixes iam se afunilando, ficando presos na armadilha feita de taquara. Dizem que essa armadilha era parecida com o *cóvó*. Eu queria muito ter visto, minha mãe que sempre me contava (Tereza Jacinto, TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017)

Na cosmologia Kaingang, a principal característica do meu povo se dá pela dualidade. A cultura, o parentesco e o modo de ser e viver Kaingang giram ao redor das marcas (*rá*) *Kamé* (comprido) e *Kairukrẽ* (redondo). Estas marcas trazem consigo características distintas, porém, ao mesmo tempo, se complementam, assim como o dia e a noite, o sol e a lua, o alto e o baixo, o leste e o oeste e o forte e fraco.

No mito de origem coletado por Telêmaco Borba (1882) encontra-se uma versão resumida da cosmologia dualista kaingang. Neste mito os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza. Desta forma, segundo a tradição kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante. A expressão sociológica mais forte desta concepção dualista é o princípio da exogamia entre as metades. Segundo a tradição kaingang os casamentos devem ser realizados entre indivíduos de metades opostas; os Kamé devem casar-se com os Kairu e vice-versa (Tommasino e Fernandes, 2001, p. 2).

Quase dois séculos depois do contato, esse traço dualista, típico dos povos Macro Jê, ainda continua preservado e fortemente respeitado entre os Kaingang de Nonoai. Desde cedo os pais ensinam seus filhos que, ao se interessar por alguém, deve se saber qual é a marca de seu pretendente. Caso seu *rá* seja parecido, devemos trata-lo como parente e evitar o interesse. Há casos em que casais de namorados são separados pela família e autoridades. Em caso de persistência, os próprios pais pedem alguns dias de prisão para o casal na cadeia da comunidade, até que se separem definitivamente.

Sobre a organização interna das comunidades é possível perceber os fortes traços do contato com o branco (*fóg*). Um exemplo disso é em relação a organização das lideranças indígenas. Alguns anciãos da TI Nonoai me relatam que antes não existiam as hierarquias que existem hoje. Havia somente uma autoridade máxima (*pã'i mág*), hoje denominado cacique, que junto com seus *pã'i kêsir* (lideranças pequenas ou com menor poder) e o *kujá* (pajé) eram responsáveis por liderar o povo. Antes de intitularem o *pã'i mág* como cacique no tempo do SPI, a autoridade máxima era intitulada de coronel. Hoje a hierarquia da liderança indígena é bem semelhante a dos *fóg*, divididos em vários cargos hierárquicos como cacique, vice-cacique, major, capitão, sargento e policiais.

3. 2 A colonização e seus impactos sobre territorialidades, agricultura e alimentação Kaingang

Neste capítulo farei um breve resumo histórico da ocupação da região sul do Brasil. Levei em conta as fontes etnográficas de pesquisas históricas realizadas por

autores como Ítala Becker (1976) e Bringmann (2015), principalmente, além de outros autores como Tommasino (1995) e Laroque (2002).

Tradicionalmente, os Kaingang ocupavam a região litorânea do atual estado de São Paulo, as Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu no oeste do estado do Paraná, as Bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai (em Santa Catarina), até territórios localizados em áreas das bacias dos rios Jacuí, Taquari, Caí e Sinos, no Rio Grande do Sul. Avançando também para a região de Misiones, em território argentino. (BECKER, 1976; TOMMASINO, 1995 e LAROQUE, 2002).

Sobre o processo de colonização da região norte do RS e sudoeste de SC, Schaden (1963, citado por Bringmann, 2015) afirma que:

[...] Os primeiros registros da invasão colonial na região pesquisada datam do início do século XVII, quando tiveram início as primeiras tentativas de concentração e pacificação das populações indígenas por meio das reduções jesuíticas. Estas reduções, constituíram-se em uma forma de evangelização com interesses específicos, que iam desde a expansão da crença cristã entre os “gentios”, até a defesa dos índios contra a escravização por portugueses e espanhóis, que travavam intensa disputa pelo território que hoje compõe a região. Dessa maneira, é possível afirmar que o território do Alto Uruguai mantinha já no século XVI, uma dinâmica de circulação humana para além dos povos indígenas que tradicionalmente ocupavam aquelas terras. (Schaden, 1963, *apud* Bringmann, 2015, p. 38)

Ainda no mesmo capítulo, Bringmann acrescenta que no XVIII, a “circulação europeia” na região se intensificou devido à concessão de sesmarias a grandes mandatários luso-brasileiros, que ficaram responsáveis pela proteção do território contra os avanços espanhóis. Ao formalizar a divisão das terras, o governo português permitiu a constituição de estâncias de criação de gado nas regiões de campo, iniciando um contato mais frequente com as populações indígenas presentes nestas regiões.

Na memória Kaingang:

Eu conheci ali quando não tinha ponte ainda, essa ponte ali pra baixo do CTG (Centro de Tradição Gaúcha), Nós passava por um passo despraiado [...]. E a história é de que vinha 7, 8 carochas de burro, com açúcar, charque, sabão, mel, banha. Tudo eles (os fóg) buscavam em Passo Fundo de carroça, daí o lugar deles posar e descansar era ali onde hoje é a praça de Nonoai. (Nonoai era um dos caminhos dos Tropeiros. “Tropeiros” eram condutores de tropas de

cavalo ou mulas, que atravessavam extensas áreas transportando gado e mercadorias). Daí os índios iam lá, experimentavam um gole de cachaça hoje, já saíam cambaleando e iam pro posto (do SPI). Daí um dia o cacique Nonoai foi lá conversar com ele, eles chamaram ele. Daí disque disseram: - Te chamamos aqui cacique pra ter uma conversa contigo. Vocês não precisam disso aqui? Tem umas 7, 8 carochas cheias de mantimentos. Eles tavam vindo de Passo Fundo e levando pra Guarapuava, mas estavam descansando ali em Nonoai, onde fica a praça hoje. Daí o cacique falou: -Eu precisava sim. Mas então que tal nós instala um armazém aqui cacique e você fica só do outro lado do rio pra lá. Mas até aquele momento ainda era considerado dos índios ali onde tá a igreja católica, tudo (José Lopes, 67 anos, TI Nonoai, 2017)

No trecho acima relatado pelo Sr. José, ele narra uma das muitas histórias orais sobre a conquista do território Kaingang de Nonoai. Relacionando essa história local com a história da colonização brasileira, é possível perceber que os tropeiros tiveram um papel crucial na colonização dos Kaingang de Nonoai. O trecho a seguir reforça essa afirmação:

O percurso feito pelos tropeiros podia durar várias semanas e envolvia regiões do Sul, Sudeste e Cento-Oeste do Brasil. Essa atividade existiu desde o século 17 até início do século 20. A partir do século 18, pequenos povoados começaram a surgir ao longo do trajeto das tropas, principalmente no Sul e Sudeste, onde os tropeiros paravam para trocar mercadorias e o gado podia pastar. O comércio nesses povoados desenvolvia-se naturalmente para atender as tropas, ao mesmo tempo em que os tropeiros levavam e traziam mercadorias para esses povoados. Os tropeiros prestaram, assim, importante contribuição ao desenvolvimento das regiões por onde passaram e foram responsáveis pela integração econômica e cultural entre muitas regiões longínquas do Brasil Colônia, com o aparecimento de vilas (Tropeiros das Gerais, 2017).

A história relatada pelo Sr. José é contada pela maioria dos mais velhos da TI Nonoai e tem sido passada de geração a geração. Já no século XIX, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os Kaingang tiveram suas áreas invadidas por imigrantes alemães e italianos. Tal situação era legitimada pelo projeto colonizatório brasileiro (LAPPE E LAROQUE, 2015, p. 2).

Lotti (2001) afirma que essa intensa colonização, além de ser parte de um projeto amplo de imigração planejada, era também subsidiada pelo Estado. O governo imperial pretendia ocupar, tornar produtivas e valorizadas terras devolutas, assim como garantir o abastecimento do mercado interno com produtos agrícolas e criar uma classe social intermediária entre os grandes proprietários e os escravos. A conquista das terras desta Província e a conseqüente instalação de povoados de

imigrantes se fazia de baixo pra cima, de Porto Alegre e Rio Grande em direção às matas de pinheirais ao norte, não sendo um processo pacífico.

Segundo Bublitz (2010), “os alemães foram os primeiros a fincar os pés nos lotes que começaram a ser demarcados na *fronteira verde* – uma faixa de terra ampla, coberta de florestas, ocupada por uma população então desprezada, formada principalmente por indígenas, caboclos e negros e até certo ponto desconhecida das autoridades”. Após os alemães, chegaram italianos, poloneses, ucranianos entre outros povos vindos da Europa.

Bringmann (2015), Afirma que o projeto de colonização da região Sul prometia oferecer aos recém chegados um lote de terras (em torno de 25 hectares), ferramentas diversas para o trato da terra, animais de carga e sementes de diferentes espécies vegetais, além do pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento. Porém, ao chegar ao sul do País, os imigrantes perceberam que tudo não passava de mera promessa. Assim, muitos decidiram abrir áreas ainda não loteadas pelo governo com recursos próprios.

De acordo com Motter (2011, p.14),

Há pouco menos de um século, as matas virgens do noroeste do Rio Grande do Sul, começaram a sofrer ações transformadoras pelas mãos dos imigrantes colonizadores europeus e seus descendentes, no processo de ocupação e construção do espaço, descaracterizando profundamente a paisagem natural que, antes de 1915, era constituída por exuberante floresta – Floresta Estacional Decidual. [...] Basicamente, a substituição da vegetação nativa (floresta) em áreas agrícolas, teve dois momentos com características distintas, especialmente no que se refere a técnicas, ritmo (velocidade) de intervenção no espaço natural e números de pessoas envolvidas; um anterior à mecanização agrícola e outro posterior. (Motter. 2011, p.14)

Em meados de 1846, a invasão dos territórios indígenas chegou ao seu auge. Assim, a partir de 1846 os Aldeamentos provinciais foram fundados, com o objetivo de aglomerar os indígenas em um só lugar, de forma a “aculturá-los”. (Bringmann, 2015).

Antes da criação dos aldeamentos provinciais, os indígenas já viviam em aldeamentos, porém conhecidos como “toldos”. Os toldos eram aldeias espalhadas pelo território que, ao contrário dos aldeamentos provinciais, possuíam uma

dinâmica social bastante diferenciada que envolvia, por exemplo, o deslocamento dos índios pelo amplo território em busca comida e água. (Wisniewski, 2011, p. 5). O aldeamento de Nonoai, um dos primeiros a ser fundado especificamente no de 1857, foi criado com intuito de servir como ponto "referencial" para os índios que povoavam as regiões próximas.



Aldeamento de Nonoai 1857
 Terras Indigenas 2015

Fontes:
 Terras Indigenas: FUNAI (2015)
 Limites do Toldo: Becker (1978)
 Imagem : Ressource Sat do 25/12/2016 (INPE)
 Edição: Diana Nascimento e Ludivine Eloy

N
 10 Kilometers

Figura 12: Aldeamento de Nonoai em 1857.

Neste mesmo ano foram fundados também os aldeamentos de Campo do Meio e Guarita. Porém, o aldeamento se tornou um grande fracasso no seus primeiros anos, já que muitas famílias insistiam em manterem-se em suas aldeias espalhadas pelo território, pois precisavam de um amplo espaço para praticarem a caça, a coleta, a pesca e a agricultura (Nonnenmacher. 2000; *apud* Bringmann. 2015).

Como afirma Bringmann, os campos de Nonoai eram vistos como excelentes para a pecuária e foram gradualmente ocupados por fazendeiros interessados em tal atividade. Ao mesmo tempo, as regiões de mata passaram a sofrer uma invasão sazonal devido à intensificação da extração de erva mate.

Os conflitos entre indígenas e as frentes de expansão também tornaram-se frequentes. Assim, em 1907, o governo do Rio Grande do Sul organizou a Diretoria de Terras e Colonização (DTC), vinculada à Secretaria de Obras Públicas (SOP). Este órgão ficou responsável pela distribuição de terras aos colonos e pela fiscalização das ações das companhias de colonização, assim como, controlar os conflitos no campo.

Em 1910 devido a grande usurpação de terras, Torres Gonçalves na época diretor da DTC, instituiu alguns planos de demarcação das terras de 12 Toldos Indígenas no Rio Grande do Sul. Entre estes, estava o Toldo de Nonoai, com pouco mais de 34 mil hectares, ou seja, menos de 10% da área dos 420 mil hectares que havia sido reconhecida em 1857. Bringmann (2015).

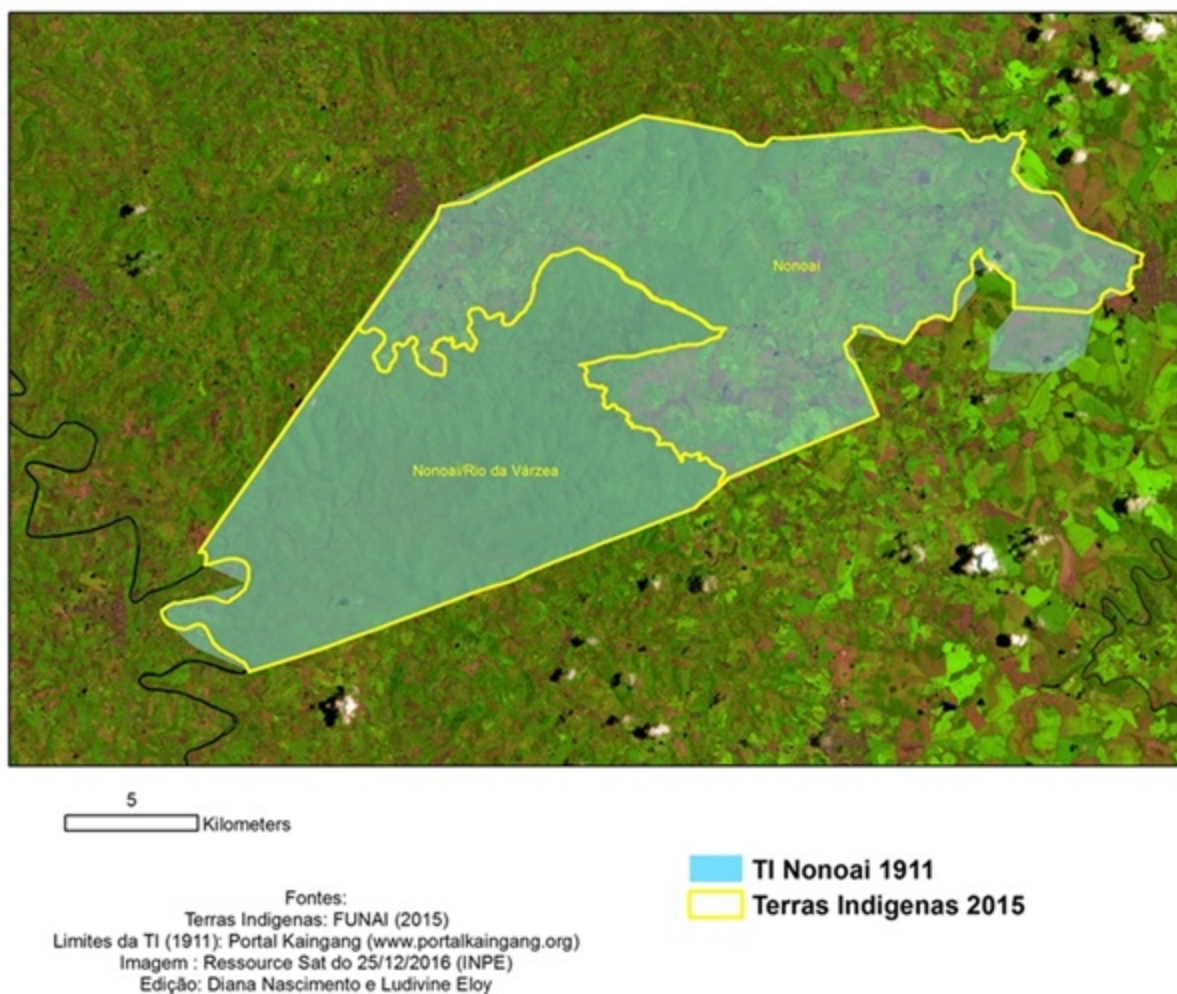


Figura 13: TI Nonoai 1911

Devido à pressão dos movimentos de colonização que avançavam em todas as frentes, o aldeamento de Nonoai encolhia. Também em 1910, já no período republicado foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). A partir de 1918 passou a se chamar apenas SPI. Essa política indigenista pretendia civilizar e transformar o índio em um trabalhador nacional, ao mesmo tempo que procurava afastar a Igreja Católica da catequese indígena (Funai, 2015).

A política de colonização desde seu início teve como objetivo explícito, o confinamento das populações indígenas em pequenos espaços para que houvesse a liberação de suas terras para a colonização.

Neste contexto, Olkoski (2007, p.4) afirma que:

A preocupação da província, no século XIX, visando "civilizar" os Kaingang, tinha em mente a expansão da produção agrícola e, para isso, visavam a tranqüilidade dos colonos. Assim sendo, os Kaingang foram aos poucos sendo encurralados em suas aldeias, deixando de lado sua cultura e seu modo de vida e, aos poucos, forçados a se "colonizar". (Oikoski. 2007, p.4)

Desde a sua redemarcação, relatórios (datados de 1911) de Torres Gonçalves, na época diretor da DTC- Diretoria de Terras e Colonização já afirmava que:

O Toldo de Nonoai apresentava um problema bastante grave no momento de sua demarcação: o arrendamento de terras para colonos da região. Segundo o diretor, as terras arrendadas eram pagas em mercadorias, geralmente roupas, gêneros alimentícios e bebidas alcoólicas, cujo valor cobrado excedia em muito o real valor dos produtos. O grande agravante, de acordo com Torres Gonçalves, era que os arrendatários teriam se instalado na área com o consentimento de algumas lideranças indígenas." (Bringmann, 2015, p.106)

Sobre a convivência de algumas lideranças indígenas nesse processo, o Sr. Jorge Eufrásio, de 71 anos, da aldeia Pinhalzinho, me relatou o seguinte que "Tinha índio que trabalhava pro SPI, de capanga. Eles [Nomes foram ocultados como forma de proteger a imagem da geração atual] escravizavam o próprio povo. Eles eram os cabeça dos escravizador.

Outra senhora, D. Tereza me relatou que:

Uma vez aqui no Kógunh sí [nome do local, em português-Ervalzinho], eles [lideranças e SPI] pegaram um pedaço enorme de capoeira pra roçar pros fóg. Eles acertavam com o fóg, pegavam todo o dinheiro pra eles e faziam os índio roçar de graça. [...]Eles plantavam milho, feijão, mas já eram pedaços bem grande. Daí o SPI começou a arrendar pros branco que já estavam moravam na área. Eles cobravam dos brancos, dai um dia os arrendatários não quiserem mais pagar os arrendo. Quando eles [os brancos] não quiserem mais pagar, os que ainda estavam fora da área acabaram entrado todos morar. Daí tomaram conta. (D. Tereza, 63 anos, TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017)

Anos após a demarcação em 1911, a TI Nonoai continuavam a ser invadidas pelos intrusos com o consentimento de algumas lideranças que junto com o SPI, entregavam nosso território aos *fóg*. Estes além de viver dentro da TI continuavam a fazer lavouras de feijão e milho, além de criações de gado nas terras dos índios de Nonoai.

Sobre a utilização forçada da mão de obra indígena feita pelo SPI, Dn. Tereza da Aldeia Bananeiras, e o Sr. Jorge da Aldeia Pinhalzinho, relataram o seguinte:

Acho que eu devia ter uns 6 ou 7 anos, eu ainda era bem criança, não entendia o que tava acontecendo. Mas via minhas mães [os Kaingang consideram suas tias também como mães e seus tios como pais] com medo. Meus irmãos também. Eles eram mais velhos que eu, mas ainda eram bem jovens. E lá na vila velha [comunidade da aldeia Pinhalzinho], você lembra lá onde tinha um coqueiro [palmeira] bem no topo do morro? A estrada já passava lá naquela época. E nós de certo ficava olhando pra lá de noite, cuidando. Na época ninguém tinha carro, só o chefe do posto [SPI]. As vezes de noite quando estávamos olhando pra lá, nós via as luzes do carro vindo em direção a vila. Essa era a hora de nós correr. Eles tavam vindo prender aqueles que não haviam ido roçar nas roças do Posto. Daí meus irmão e minha mãe levavam todos pro mato. Nós dormia no mato pra eles não nos encontrar. Era muito ruim antigamente. Os homens ficavam uma semana trabalhando pro posto. Quando eles voltavam, chegavam com as roupas todas rasgadas e sem trazer nada de comida. E nós passava fome em casa (Dn Tereza Jacinto, 63 anos, TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017).

Se a polícia [lideranças indígenas] chegasse aqui e dissesse: -Olha, amanhã você tem que trabalhar pro Posto! E eu se não fosse, quando é manhã do outro dia chegavam 10, 12 aqui com uma corda e me levavam amarrado. E não ganhava nada. [...] No tempo do SPI, o povo era mais discriminado. Nós não era senhor de si, nós era mandado pelo SPI. Então naquele tempo nós trabalhava pro posto que dizem, no panelão pro SPI. [...] O que nós sofremos com teu pai, ele deve contar pra vocês. Nós sofremos! Puxirão era obrigado, era um alqueire de mato pra cada um. Era puxirão medido, foice e machado. Uma vez aqui na Barrinha, nós fizemos uma roça pro por posto, derrubamos 12 alqueires de mato. Nós tava em 360 índio. Roça e derruba, queimar e plantar e colher e dar tudo colhido pra eles [SPI]. E o índio não via pra onde é que ia. Depois que acabou o SPI, a Funai tentou fazer a mesma coisa, mas daí nós trocamos de liderança. Entrou o Sangrê, depois entrou o finado Mario, daí foi acalmando. Depois entrou o José, e ele começou a pegar essas pessoas que sofreram aquela época, pra trabalhar, ajudar ele na liderança (Jorge Eufrásio, 71 anos TI Nonoai, Aldeia Pinhalzinho, 2017).

Em campo, foi possível me aprofundar nas histórias com as quais eu cresci, ouvindo desta vez como pesquisadora, e perceber que assim a memória dos *kófa* ainda é repleta das más lembranças desse passado.

Aqui onde estamos, ali onde tem o olho d'agua, só ali tinha quatro morador, aqui era rodeado de branco. Eles derrubavam madeira dos índio, lascavam e faziam casa, não tinha uma casa com madeira serrada, tudo de pau a pique. Era só coberto de tabuinhas de cedro, cabriúva, loro, corticeira. Essa arvore ali olha, essa que é a

corticeira ny em Kaingang, essa arvore ai ele usavam pra fazer tabua, da uma tabua muito boa essa. Dai eles partiam até coqueiro pra fazer as ripa pra botar as tabuinhas. Eles derrubavam o mato pra fazer suas lavouras e já iam aproveitando as madeiras pra fazer as casas. (José Lopez, TI Nonoai, 2017)

A figura 14, a seguir, mostra os indígenas da TI Nonoai trabalhando em uma lavoura do SPI em 1944.



Figura 14: Índios trabalhando na lavoura. PI Nonoai, 1944. Fonte: BRASIL.SPI, *apud* Bringmann. 2015, p. 240.

A agricultura Kaingang no tempo *vãsy* era somente de corte e queima. Era rotativa dentro do imenso território e dependia somente de ferramentas manuais. Após a colonização e sedentarização dos Kaingang, as roças começaram a ser feitas próximas aos aldeamentos e tempo de pousio foi reduzido, já que estes haviam perdido grande parte do seu território. Ou seja, enquanto o território encolhia, os indígenas eram obrigados a permanecer em pequenos aldeamentos.

Fernandes e Piovesana (2015), afirmam que a instalação de serrarias nas terras indígenas Kaingang foi acompanhada da implantação do “regime do painelão”. Nesse processo, os Kaingang eram impedidos de trabalhar em suas roças domésticas e obrigados ao trabalho em roças coletivas. No início faziam roças de feijão e milho. Mais tarde, com a implantação dos monocultivos nas TIs, trabalhavam

no plantio de soja e trigo em lavouras, onde já se utilizava trator e arado. Os mutirões visavam lucro aos chefes de Posto, enquanto os indígenas trabalhavam em troca de roupas e comida, se tornando cada vez mais dependentes do Estado.

Como me contou um Kaingang da TI Cacique Doble (no Rio Grande do Sul) “aos sábados nós ganhava um pedaço de carne e um pedacinho de sabão”. Nas serrarias trabalhavam apenas alguns índios indicados pelo órgão indigenista. O processo de degradação ambiental, no caso dos Kaingang, revelou sua face mais cruel: a degradação humana. Em meados da década de setenta os recursos florestais das terras indígenas Kaingang se esgotaram” (Fernandes e Piovesana, 2015, p.118)

No trecho do livro “A Guerra dos Bugres, (WAGNER et al, 1986, p.20) relata sobre a situação dos Kaingang naquela época:

Vivem esses índios, hoje, de recursos obtidos com o cultivo da terra, para o qual a Funai lhes fornece orientação agrônômica, tratores e equipamentos, administrando grande parte da comercialização da safra, que é entregue as cooperativas da região. Em 1984/1985, com recursos do Finsocial, a comunidade indígena cultivou 4.201 hectares. Outros 325 hectares foram cultivados com recursos do Credito Rural, através do Banco do Brasil. (WAGNER et al, 1986, p.20)

De fato, além dos documentos históricos, os relatos de vários *kófas* da TI Nonoai evidenciam que o próprio SPI além de plantar na TI, utilizando mão de obra indígena forçada, arrendava a terra indígena aos colonos, criava gado e retirava madeiras da terra indígena para comercialização com promessas de que o lucro voltaria para a comunidade indígena. Porém, uma das poucas coisas que os indígenas ganharam com a devastação do seu território foi a construção de algumas casas de madeiras que eram custeadas pelo governo.

Quando os branco chegaram, eles também faziam os “troca dia” (entre eles). Foi desse jeito que os fóg derrubaram todos os mato da área. No Serrinha, aqui, todas as áreas. Um ajudando o outro. Mas eles faziam mutirão de 200, 300 homens num dia só (Jorge Eufrasio, TI Nonoai, 2017).

No tempo do SPI eles vendiam madeira, mexiam com lavouras, criavam gado dentro da área e nós era peão deles, tinha branco e índio peão, nós cortava as madeira pra eles. Quando a Funai assumiu em 1973, ali nos Purungu tinha uma invernada [local onde se confina o gado para engorda] que tinha 700 cabeça e eles davam só o 10 % pros índio e daí o diretor recolhia [o restante]. Qualquer criador que criava gado ai dentro, eles davam 10%. Esses arrendamentos que acontece hoje nas áreas, tudo começou pela

Funai. Eu cansei de medir hectares de terra pros colonos la no Pinhalzinho, eles arrendavam da Funai. A Funai mandava nós medir; - "Tem que medir pra cinco colonos hoje, eles querem quatro alqueires cada um". Daí nós ia lá medir, quatro alqueires hoje da dez hectares, era muita terra que nós media. Vai quatro bolsa de feijão bem plantadinho e tinha colono que arrendava até vinte hectares. Teve gente aí que ficou 50 anos morando em cima da área. (José Lopes, TI Nonoai, 2017)



Figura 15: Posto Indígena Nonoai/ Casas de madeira Financiadas pelo governo, 1978. Fonte: Filme "Terra dos Indios" de Zelito Viana, 1979.

De acordo com a Funai (2016):

No período em que se intensificou a influencia do SPI no viver tradicional dos Kaingang, além dos cultos cívicos implantados nos antigos aldeamentos missionários, a alfabetização de crianças e adultos indígenas, o aprendizado de trabalhos manuais, o incentivo ao uso de novas tecnologias agrícolas e o ensino da pecuária, alterava o sistema produtivo indígena e contribuía para o processo de consolidação da sedentarização do povo indígena.

Na pesquisa de campo, alguns dos mais velhos relataram que o SPI distribuía sementes, maquinas de plantio, insumos agrícolas para as famílias indígenas, além de oferecer "auxilio técnico". Projetos de criação de vaca de leite

também eram uma das ações implantadas pelo SPI. Porém, estes projetos nunca tiveram sucesso, já que não faziam parte do cotidiano dos Kaingang. Por outro lado, os Kaingang adaptaram algumas dessas tecnologias aos seus costumes. Na TI Nonoai, essas adaptações tecnológicas são bastante visíveis, por exemplo, com o uso de plantadeiras manuais, o uso de uma certa quantidade de herbicida em áreas onde as ervas daninhas como o capim braquiária e a buva (*Conyza bonariensis*), predominam, a compra de mudas e sementes selecionadas e inclusão de espécies novas (hortaliças, frutas de enxerto), além do uso de arados e bois.

Através destes exemplos fica clara a relação das adaptações tecnológicas com os projetos de "desenvolvimento agrícola" promovidos pelo SPI/FUNAI. Atualmente, a Funai e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ainda distribuem algumas mudas, sementes, alevinos, galinhas etc.



Figura 16: Indígenas colhendo trigo

Figura 17: indígena trabalhando com trator e arado.

Fonte: Filme "Terra dos índios", direção de Zelito Viana, 1979.

Para os Kaingang da TI Nonoai, o período de atuação do SPI foi acompanhado de medo, fome e sofrimento ao ponto de algumas famílias terem que abandonar sua terra de origem, seu *ẽmã*. A família de Jorge Eufrásio foi uma dessas famílias, indo viver de peão (trabalhavam por dia para os *fóg*) em colônias rurais longe da TI.

As mulheres ficavam em casa, sem ter o que comer. Nós chegava em casa, nem banha não tinha, nada, nada. Porque nós [os homens] trabalhava na escravidão, não trazia nada pra casa. Nós não conseguia plantar nada pra gente. Daí um certo dia nós saímos daqui para morar no meio dos branco [em kaingang *fóg kãra*]. Pegamos tudo o que pudemos carregar e se fomos pras colonia. Largamos nossas roças de feijão lourando [amadurecendo], abandonava e ia embora (Jorge Eufrásio, TI Nonoai, 2017).

Sobre essa situação, dona Valmíria esposa de Jorge me dizia:

Esse meu filho que mora lá no Guarita, ele se criou nas tiguera (roça depois de feita a colheita) dos colonos, dos posseiros. Eu catava as batatas que os *fóg* deixavam na roça deles e dava pras crianças enquanto ele [marido] estava fora trabalhando pro posto. [*fóg ag ta matata krenkren já mí êg tá jêkrunh ka hã tá eg krã jãg tí*] (Dona Valmíria, TI Nonoai Aldeia Pinhalzinho, 2017).

Durante a entrevista com o Sr. Jorge, ele me chamou atenção para outra questão. Enquanto ele falava os nomes dos indígenas que também haviam fugido da TI na mesma época que ele, percebi que, anos depois, a maioria destas famílias havia retornado e vivem hoje novamente dentro da TI. Porém, devido aos anos vividos em meio aos *fóg*, alguns de seus filhos e netos já não falam a língua Kaingang e hoje são vistos como “mestiços”. Isso me deixou bastante abalada, já que eu, não conhecendo a história, também os via como mestiços, sendo que estes também eram uma prova viva de resistência do meu povo.

Autores como Bringmann (2015), Nascimento (2011) e Olkoski (2007), afirmam que os colonizadores, a todo momento, trataram os indígenas como indivíduos com menos capacidade de raciocínio. E em vários trechos de textos oficiais citados pelos autores, percebe-se claramente a assimetria de poder em relação aos indígenas. Por trás deste processo, havia uma concepção de progresso “europeu”, na qual o colono europeu seria o portador desta modernidade, enquanto

o caboclo e o indígena eram vistos como portadores do espírito do atraso. Infelizmente, nos dias atuais a histórica assimetria de poder continua, ainda que um pouco mais mascarada.

Embora tenha havido a demarcação de terras aos indígenas, sua posse definitiva jamais foi reconhecida, e isso acarretou inúmeros problemas, já que a falta de garantia da posse da terra possibilitou que os Toldos Indígenas fossem frequentemente invadidos por colonos de origem europeia, vizinhos das áreas ou, até mesmo, por posseiros nacionais, excluídos das terras que ocupavam antes da demarcação dos lotes coloniais (Bringmann. 2015, p. 51).

De acordo com Bringmann (2015, p. 20), o SPI atuou de forma mais incisiva entre os Kaingang da região Sul entre os anos de 1941 e 1967. Foi nesta época que Nonoai e mais três toldos (Ligeiro, Guarita e Cacique Doble), localizados no norte do Rio Grande do Sul, deixaram de ser administrados pelo Estado e passaram a ser administrados exclusivamente pelo SPI. Naquele momento, as populações indígenas foram agregadas ao projeto governamental de expansão das fronteiras agrícolas, de modernização do campo e incorporação das riquezas do seu interior. O SPI, naquele período, era fortemente marcado pela influência do Ministério da Agricultura.

A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928. Estas leis estabeleciam a relativa incapacidade jurídica do indígenas e dava o poder de tutela ao SPI.

Em 1967, a má gestão, a falta de recursos e a corrupção foram alguns dos motivos que levaram à extinção do SPI. Em dezembro do mesmo ano foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai). Documentos históricos mostram que apesar da mudança do órgão que administrava Nonoai, a situação na qual os índios viviam não havia mudado. Em meados de 1985, o sofrimento do povo Kaingang continuava. Sobre esta situação, WAGNER et.al (1986, p.98) afirma que “Viviam na miséria resultado da ambição dos brancos sobre suas terras e pelo descaso das autoridades. [...] Alguns perambulavam a beira das estradas. Sem outra alternativa voltaram a arrendar suas terras para os colonos e a vender madeira, ou seja, continuando o que o SPI e a Funai haviam começado”.

Nesse contexto, Tommasino e Almeida chamam o tempo passado de *vãsy*, e o tempo atual de *uri*. Os autores defendem que a década de 1930/40 pode ser

tomada como o limite dos tempos Kaingang. Para eles, o tempo passado (*vãsy*) é caracterizado pela abundância, “já que viviam da caça, pesca e coleta e tinham territórios imensos e repletos de alimentos”. O tempo antigo (*vãsy*), também é caracterizado pela autonomia do povo Kaingang. Já o tempo atual (*uri*), é marcado por eventos históricos como as perdas da maior parte do território, o confinamento dos Kaingang em aldeamentos, ou seja, a perda da liberdade de locomoção do povo ao mesmo tempo em que as florestas davam lugar a fazendas de café e gado. As cidades que foram se formando nos locais onde antes viviam os indígenas, o que também caracteriza essa transição.

A ação colonizadora, através da criação dos aldeamentos provinciais, além das políticas aos quais os Kaingang estiveram expostos, como exemplo, o papel do SPI e da própria Funai, na introdução de novas técnicas e espécies de cultivo em terras Kaingang, foi uma forma de tornar os Kaingang agricultores rurais e inseri-los na sociedade branca. Esse processo diminuiu quase que completamente a autonomia e formas de subsistência indígena.

Na agricultura, os Kaingang continuaram, mesmo depois de aldeados, fazendo as roças de coivara, assim como seus antepassados, muitas vezes longe dos olhos dos chefe de posto (SPI/Funai), nas encostas dos morros. Dessa forma, conseguiram manter suas roças, mas, apropriaram-se de técnicas e cultivos da agricultura ocidental e as adaptaram a realidade atual imposta.

Sobre a apropriação de novas técnicas e cultivos, Veiga (2006, p.4) afirma o seguinte:

Os solos foram sendo empobrecidos, e as sementes das culturas estrangeiras trouxeram, também, outras ervas daninhas que antes não eram conhecidas nessa terra. Essas novas culturas exigiam tratos contínuos (limpeza constante à base da enxada) e implicavam o uso de arados de tração animal, em lugar do rodízio das terras usadas para agricultura. (Veiga. 2006, p.4)

A cosmologia dos povos indígenas tem forte ligação com seu território. Estes povos têm diferentes percepções de mundo, formas de pensar a vida, de agir, de tratar e relacionar-se com seu ambiente. Ou seja, o seu viver e formas de se autodeterminar como povo e indivíduos no mundo é interligada com seu território.

O território é entendido por estes povos como patrimônio necessário para a

produção e reprodução, garantindo sua resistência não só física, mas também sua resistência cultural, cosmológica e linguística. Little (2002, p.10) afirma que:

[...]Outro elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos. Tuan (1977), desde a geografia, faz a distinção entre o “espaço” abstrato e genérico e um “lugar” concreto e habitado. A identificação de lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado (Deloria 1994), porém existe uma multiplicidade de outras (cf. Sack 1980). A noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. (Little. 2002, p.10)

Na língua Kaingang o termo *ga* pode ser traduzido como terra ou solo e *Emã* pode ser traduzido como “lugar de origem” ou “lugar onde se vive”, onde suas relações sociais, emocionais e místicas se concretizam.

Para Tommasino (2004. *apud* Lappe e Laroque. 2015, p.6), o território (*ga*) é onde os Kaingang se realizam como sociedade específica fundada em um espaço físico e simbólico e místico. O território não representa apenas uma porção física da terra, mas um espaço permeado de símbolos e significações.

Nesse contexto, para compreender a ligação entre o indivíduo e o território, é necessário conhecer as percepções de cada povo e sua cultura. No contexto Kaingang, pode se dizer que esta ligação existe desde o momento do nascimento da criança. *Kórí*, esposa do *Kujá* (Pajé) Jorge Kagnãñ Garcia, da TI Nonoai, me contou certa vez, que a forma e a espécie da árvore de baixo da qual você enterra a placenta ou o umbigo dos recém-nascidos, influencia fortemente a saúde, a personalidade e conseqüentemente na sua vida. Depois de ter o umbigo enterrado dentro do seu *ẽmã* (terra de origem, lugar onde se vive), por mais que a criança quando adulta saia de seu território, sua ligação com este jamais acaba. Por isso me dizia ela: que por mais que eu viajasse o mundo, morasse em muitas outros lugares, eu acabaria voltando para meu lugar de origem, para o meu *ẽmã*.

Sobre a relação do Kaingang com seu território (*ga* ou *ẽmã*), observo que a partir do momento que nossas mães, nossas avós e tias enterram nossa placenta ou umbigo, é uma parte nossa que se mistura com a terra, ali iniciamos nossa jornada. Não somos mais algo a parte no ambiente, mas fazemos parte desse meio. Nesse universo cada ser físico ou místico tem seu papel e toda essa diferença se

complementa.

A população da TI Nonoai retomou seu território, mas devido ao seu alto grau de degradação depois de anos de colonização, os índios tiveram que se adaptar à escassez dos recursos naturais. Hoje, no estado do Rio Grande do Sul, existem pouquíssimas áreas com cobertura florestal natural. Essas áreas originais deram lugar às grandes criações de gado e a produções extensivas de monoculturas de soja, milho e trigo.

Através dos relatos dos *kófa*, os quais cresci ouvindo, posso dizer que quando em 1978, parte do território Kaingang voltou para nossas mãos, nosso *ëmã*, que junto de si guardava nossas memórias e nossa essência, voltava todo machucado. Nos encontrávamos sem nossas florestas. Uma parte dela havia sido derrubada e a outra desanexada da Terra Indígena para a criação do Parque Estadual de Nonoai. Assim, não podíamos caçar, pescar e coletar materiais para produzir nossas cestarias e demais artesanatos, além de não termos mais onde coletar ervas utilizadas na nossa medicina tradicional. Já não existiam mais nossas abelhas, das quais utilizávamos o mel como remédio e principalmente para fazer a manifestação cultural mais marcante do meu povo, o ritual do Kiki relatado anteriormente.

3. 3 A luta pelo território

Desde pequena ouço histórias de como foi a invasão da TI Nonoai. Meu pai, José Oreste do Nascimento, mais conhecido como Zé Lopes, é cacique há mais de 30 anos nesta TI e acompanhou praticamente todos os processos de retomadas, não só da TI Nonoai, mas também da TI Serrinha em 1996. Cresci ouvindo seus relatos, assim como os relatos de tantas outras lideranças que frequentavam a nossa casa. Lembro-me que na maioria das vezes em que eles se reuniam, além de tratarem de assuntos de suas comunidades, acabavam relembando das suas histórias.

Ouvindo estes relatos notei que vários, inclusive meu pai, eram naturais da TI Serrinha, que fica a aproximadamente 30 km da TI Nonoai. Porém nunca havia me interessado em saber o motivo pelo qual tantas famílias haviam vindo para Nonoai. Durante o trabalho de campo, pedi a alguns desses *kófa* (velhos ou anciãos) que relatassem suas trajetórias de vida para entender o motivo de tantas famílias

naturais da TI Serrinha viverem hoje em na TI Nonoai. Somente através destes relatos é que pude perceber o quão doloroso foi o processo de colonização para os Kaingang.

Nós viemos do Serrinha porque os fóg tomaram tudo lá. Ficou só, meu pai lá. Só ele de índio. Nós trabalhava de diarista pra poder comer. As terras se foi tudo. As vezes quando vou pra Ronda Alta, do asfalto eu fico olhando onde eu nasci. As terras que meu finado pai plantava. A maioria dos índios veio pra Nonoai [...ele cita muitos nomes]. A maioria do pessoal do Pinhalzinho é tudo de lá, alguns daqui também, do posto. Eu vim com 12 anos de lá (José Lopes, TI Nonoai, 2017).

Conforme Aressi (2008, p.67 a 68):

A TI Serrinha se originou na mesma época da TI Nonoai (1911). O antigo território demarcado em 1857 foi dividido em dois, ficando Nonoai ao Norte, com 34.907 hectares, e, mais ao Sul, a Serrinha com 11.950 hectares, ambas reduzidas em relação à demarcação original (420 mil hectares). Em 1962, conclui-se a expropriação total das terras indígenas com a distribuição dos demais lotes restantes aos colonos que chegavam de outras regiões do Estado. A causa desta expropriação de terras indígenas estava legitimada na necessidade de disponibilizar novas terras para a agricultura (arrendamentos feito pelos próprios funcionários do estado), uma vez que aumentava o cultivo de trigo e surgiam numerosas empresas agrícolas no Norte do Estado. Além disso, esgotavam-se as possibilidades de apropriação de terras devolutas (Nascimento. 2001, *apud* Aressi. 2008)

A Figura 12, trazida anteriormente, evidencia de forma nítida a redução drástica das TIs Kaingang em relação à primeira demarcação do século XIX. Em seu trabalho, Aressi cita o relato de um indígena ao qual ela entrevistou durante sua pesquisa na TI Serrinha, segue:

E assim tudo acabou no ano de 1963. Nossas últimas famílias foram expulsas e o governo deu os 1.060 hectares que sobraram para os colonos. Nossa gente ficou tudo espalhada noutras áreas indígenas, em Nonoai, em Votouro, em Rio da Várzea. Muitas famílias foram morar nas vilas das cidades, em Sarandi e até Porto Alegre. Algumas famílias ficaram trabalhando como agregados e diaristas para os próprios colonos invasores das nossas terras. Ainda tem alguns trabalhando assim na Serrinha. Mas a gente nunca esqueceu. Nem desistimos de recuperar a Serrinha de volta, nós sabemos que a terra é do índio. Sempre foi do índio e até as leis dizem isso. A Constituição do Brasil de 1934 já garantia que a terra do índio nunca podia ser tirada e vendida. (Aressi. 2008, p. 70)

Ao analisarmos as datas da invasão dessas duas TIs, percebe-se que

Serrinha e Nonoai, estavam passando por situações parecidas. Assim, quando os indígenas provenientes da TI Serrinha chegaram a Nonoai, se viram na mesma situação. Tommasino e Almeida (2014, p. 27) afirmam que:

A partir da década de 1930, em uma escala crescente, os territórios Kaingang foram ocupados por colonos brancos e o Estado, através de leis e decretos, passa a expropriar as terras indígenas para viabilizar a ocupação moderna em moldes capitalistas. O processo de redução das áreas ocupadas pelos Kaingang de forma geral se deu através de um conjunto de medidas conduzidas por interesses intersetoriais do Estado e de capitalistas (madeireiros, empresas colonizadoras e colonos). (Tommasino e Almeida. 2014, p. 27)

Práticas como a venda de madeira, transferência dos indígenas para outras TIs para liberar áreas para a colonização através dos arrendamentos, a cooptação de lideranças indígenas na escravização de seu próprio povo em troca de regalias, a imposição de alterações de seus modos de vida, além de ameaças e uso da força, caso os indígenas não comparecessem nas lavouras (panelão) do SP.I, eram situações comuns na TI Nonoai. Como dito anteriormente, as intervenções tanto do SPI quanto da Funai dependiam da exploração sistemática da mão de obra indígena e dos recursos naturais presentes nestas TIs. Há relatos de que os indígenas trabalhavam em troca de comida, na maioria das vezes, para o próprio órgão administrador da TI, e outras vezes, para patrões (arrendatários), ou seja, eram escravizados pelos próprios invasores de suas terras e com a ajuda de lideranças indígenas.

Não suportando mais este contexto, os Kaingang de Nonoai resolveram agir por conta própria, protagonizando um dos momentos mais marcantes da história dos Kaingang de Nonoai. Esse evento aconteceu em 1978. Naquela época, os Kaingang de Nonoai estavam em menos de 2.000 indivíduos, vivendo “espremidos” no meio de 7.500 colonos, trazidos como resultado do projeto de imigração que pretendia colonizar a República Federativa. (Revista Repórter, 1978, p.44). Nestas condições, o povo Kaingang quase sem terra, não tinha meios para continuar a manter e reproduzir sua cultura. Em 1986 ao ser questionado sobre os motivos de expulsão dos intrusos de Nonoai, o Cacique Nelson Sýgre respondeu: *“Por causa que sempre a comunidade indígena se preocupa com os posseiros, que tão desmatando tudo o mato. A comunidade também tem o direito de defender o que é da gente, a terra que*

é nossa". (Citado por Wagner, et. Al, 1986, p.28)

De acordo com relatos do então Cacique da TI Nonoai José Lopes, na madrugada de 5 de maio de 1978, Nelson Sýgre (que na época era o Cacique) reuniu quarenta guerreiros e resolveram juntos expulsar os 7.500 colonos que estavam vivendo em seu território. Assim, sem que a própria comunidade indígena soubesse, colocaram fogo em sete escolas, uma em cada vila de colonos que havia se instalado naquele território. Nos dias seguintes, com o apoio do exército, começou a retirada dos posseiros. Assim uma a uma, as famílias de colonos saíram da Terra Indígena.

Em 78, para queimar as escolas dos fóg, nós mentimos pro chefe do Posto para conseguir gasolina. Dividimos 1 litro de gasolina pra cada dupla e combinamos que a uma hora da manhã da mesma noite, cada dupla iria botar fogo numa das sete escolas que ja tinha aqui. Daí queimamos tudo e as quatro horas da manhã tinha que ta todo mundo de volta na Bananeira pra nós se agrupar e fazer um acampamento aqui. E na manhã seguinte, tinha policia, prefeito. Se a policia tivesse tardado, os fóg tinham acabado com tudo nós. Eles estavam em oito mil fóg e nós acho que não tinha 500 homens adultos. (identidade preservada, 2017)

Segundo Fernandes e Piovesana (2015, p. 4)

A expulsão dos colonos da TI Nonoai foi o primeiro grande movimento de retomada de terras empreendido pelos Kaingang. Em 1978 este movimento se estendeu com a expulsão de agricultores das Terras Indígenas Xaçecó (SC) e Mangueirinha (PR). De lá para cá os processos de retomada de terras indígenas Kaingang têm sido constantes. (Fernandes e Piovesana. 2015, p. 4)

Como dito anteriormente, em 1911 a TI Nonoai havia sido redemarcada, com aproximadamente 34.970 hectares. Quase quatro décadas depois, em março de 1949, teve aproximadamente 17 mil hectares do território indígena foi desanexado para a criação de uma Unidade de Conservação (UC) estadual, chamada Parque Florestal Estadual de Nonoai. Depois da sua desanexação, durante aproximadamente 30 anos, esta UC foi motivo de disputa intensa entre Kaingang de Nonoai contra o Estado (desde 1992 o estado não atua mais no local).

Os indígenas mais velhos que acompanharam todo esse processo, relatam que depois desta área se tornar Unidade de Conservação estadual, os guarda parques restringiam o acesso dos Kaingang ao Parque, proibindo a caça, a pesca, a coleta do pinhão, a busca por plantas medicinais e coleta de materiais para fazer

artesanatos. Em uma de minhas conversas com meu pai que há mais de 30 anos é cacique da TI Nonoai, ele me relatou que quando ainda era capitão da Aldeia Pinhalzinho, mesmo com todas as proibições, alguns indígenas continuavam adentrando nos limites do Parque em busca de pinhão e de pesca. Em uma dessas arriscadas investidas, seu primo Karónh, entrou no Parque para pescar e acabou sendo surpreendido por alguns guardas do parque. Ao perceber que o indígena estava pescando, estes o fizeram comer as minhocas que serviam de isca. Ele acrescenta que para obrigar as famílias Kaingang que viviam mais no interior do Parque a se retirar, os guardas do parque até mesmo queimavam suas roças e moradias.

Sr. Jorge outro ancião da TI Nonoai, também me relatou que:

Quando tava na mão do estado, os índios sofreram ali, que nem nesse tempo agora que os pinhão tão maduro, o índio pra poder tirar pinhão, tinha que ir escondido. Pra tirar taquara também. Uma vez pegaram o finado Mario Faria e finado Tramela, eles tava tirando pinhão e fizeram eles descer na mira do cano da espingarda. Decerto os guarda viram eles e ficaram esperando eles derrubar as pinhas. Depois que eles tiraram bastante, eles fizeram eles descer do pinheiro e surraram eles com as bolsa de pinhão e mandaram eles embora. Enquanto isso, eles levaram o pinhão pra eles, e não podíamos fazer nada porque eles eram gente do estado Jorge Eufrasio, TI Nonoai, Aldeia Pinhalzinho, 2016).

Sr. Nokanh, outro indígena com o qual conversei também relata:

Quase pegaram eu e um primo meu tirando taquara uma vez. Daí nós viemos por dentro do mato, atravessamos o mato meio abaixado pra eles [os guarda- parque] não ver nós. Largamos a taquara lá. Porque se eles pegassem nós com a taquara eles iam mandar nós levar pra cidade [Planalto]. Uma vez eles faziam assim, eles faziam os índio levar a pé até o Patio deles [sede do Parque]. Nós viemos se perdendo pelo mato até sair aqui na faixa [estrada de chão que ligava a Aldeia Bananeiras a Aldeia Pinhalzinho, atualmente é asfalto] (Nokanh, TI Nonoai, Aldeia Pinhalzinho, 2017).

Em 1993, os Kaingang de Nonoai, retomaram o Parque Florestal de Nonoai.

Quarenta anos depois [de ter virado Parque] nós combinemos, se reunimos e entramos no Parque, nós entramos acampar lá dentro. Num dia bem chuvoso. Ficamos lá uns dois meses pra mais. Veio policiamento até Nonoai, porque o Juiz de direito tinha conseguido uma liminar pra despejar os índio la de dentro. Tinha uns 400 homens da policia aí esperando pra bater nos índio. Tinha um capitão chamado Miranda. Ele se dava bem com nós [lideranças]. Esse capitão desobedeceu as ordens do Juíz e não quis entrar despejar os índio. Disse que não iria entrar porque tinha mulheres

gravidas e crianças e que não queria responder por aquilo. E aquela chuva não parava! Daí os índio saíram tudo, ficou só umas 5, 6 famílias lá dentro. Os que tinham famílias grande ficaram. Daí ligamos pra Curitiba, o Dr Derli [procurador da Funai] veio e derrubou a liminar. Daí de madrugada nós entramos tudo de novo. No outro dia de manhã já tava dando no rádio que os índio iam ficar lá dentro. Que mesmo que se passasse 100 anos nós não ia sair de lá (José Oreste do Nascimento, TI Nonoai, 2017).

Os *kofá* afirmam que além da documentação de 1911, a presença do cemitério antigo dentro do Parque ajudou para que os laudos antropológicos mostrassem que a área do parque estava dentro do limite demarcado em 1911. “Nosso cemitério antigo tá lá até hoje [dentro do Parque]. Quando nós entramos no mato pra retomar o Parque, o grupo aqui do Pinhalzinho se acampou lá perto”, me disse o Sr. Rufino, da TI Aldeia Pinhalzinho, Nonoai, em 2017.

Porém, somente através de um decreto em 10 de fevereiro de 2003 é que o Parque Florestal de Nonoai foi homologado como Terra Indígena Nonoai/Rio da Várzea. Essa floresta preserva uma importante diversidade biológica. De acordo com Freitas (2000, p. 22): “O Parque Florestal de Nonoai funciona como a matriz de fauna e flora da região. Uma verdadeira ilha de biodiversidade florestal onde habitam grandes mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e uma infinidade de invertebrados”. Hoje, esta área está em fase regularizada de demarcação. (Funai, 2015).

Em 1962, o governador Leonel Brizola fez uma “pseudo-reforma agrária” e um novo ato estadual retirou 2.499 hectares da parte transformada em reserva florestal e os transformou em lotes agrícolas (4a. Seção Planalto), entregues a colonos brancos da região. Porém, esta área, pela demarcação de 1911, já pertencia aos índios. Somente na década de 1990 os Kaingang de Nonoai retomaram esta outra parte do território.

Dois anos depois, em 1964, um mandado de “Reintegração de Posse” permitiu que a empresa Agro-Pastoril Alto Uruguai (pertencendo aos irmãos Dall'Asta) comprasse supostos ‘direitos’ e ocupasse cerca de mil hectares da área indígena.

A granja [fazenda agropastoril] quando nós viemos do Serrinha, ainda tava na mão dos índio, só que eles plantavam [irmãos Dall'asta], plantavam trigo, cevada, criavam gado. A área ia até o Rio tigre lá, até no CTG. Quando nós vimos, eles não estavam

deixando nem os índio cruzar dentro das granjas mais, diziam que ja não era mais área e fomos brigando, até que um dia nós dissemos: vamos tomar, e deu facil porque nós apresentamos o mapa de 1911 (José Lopes, TI Nonoai, 2017).

Este processo de perdas e retomadas do território podem ser visualizad na Figura a seguir.

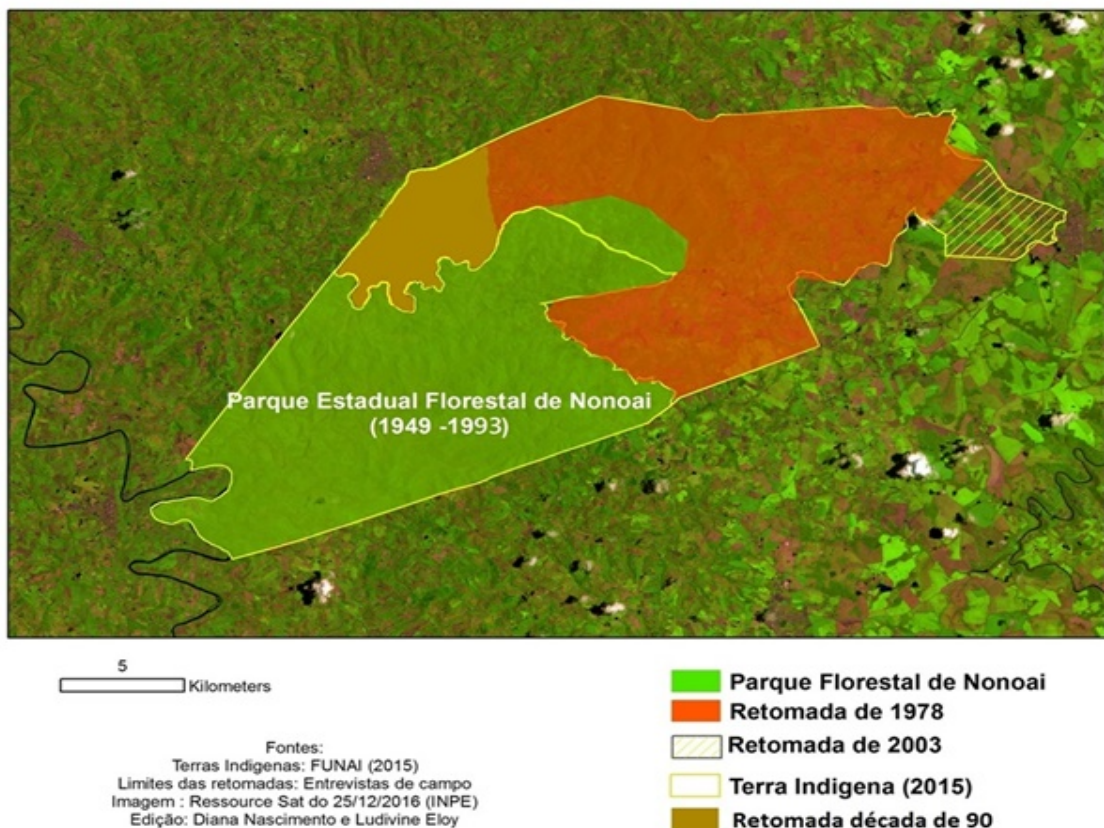


Figura 18: Processo de perda e retomada de territórios

A retomada destas importantes partes do território permitiu a recuperação de algumas atividades tradicionais do povo Kaingang de Nonoai, como a pesca, a caça, a coleta de frutos, principalmente a coleta de materiais para artesanatos. Além disso, hoje é possível observar que áreas que haviam sido fortemente impactadas pelos longos anos de invasão, hoje apresentam-se em um bom estágio de recuperação. As Figuras 19 e 20, a seguir, ilustram essa afirmação.

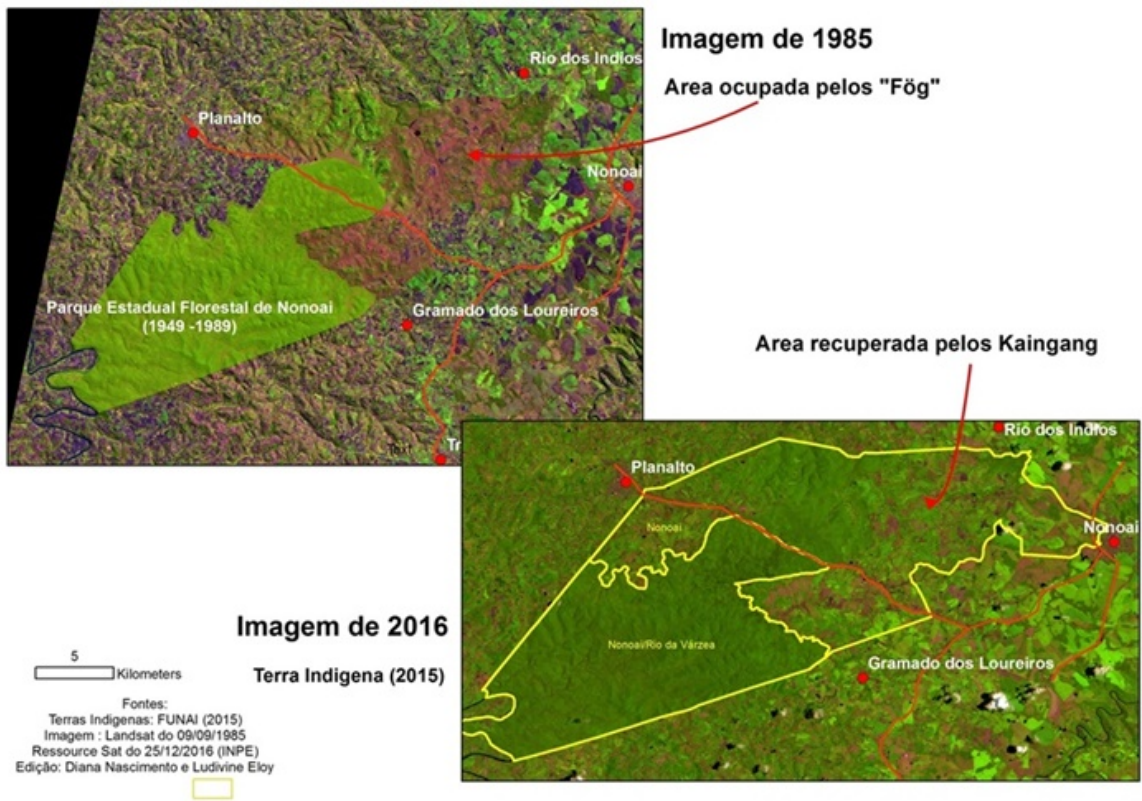


Figura 19: Recuperação ambiental TI Nonoai após a desintrusão



Figura 20: Recuperação ambiental TI Nonoai. Fonte: Acervo pessoal da autora.

É evidente que a recuperação de seus territórios tradicionais significa também a recuperação de parte de sua identidade, da sua essência e da sua memória. A retomada desses territórios foi fundamental para que pudessem dar continuidade ao seu modo de vida. Jacinto da Rosa (2015, p.18), intelectual indígena exemplifica perfeitamente esta questão, quando afirma:

Desde a invasão colonial os povos Indígenas são perseguidos e subjugados por defenderem seu mundo, sua lógica e seus territórios, oferecendo até o presente resistência ao projeto colonizador excludente e "desenvolvimentista". Nessa resistência e reafirmação territorial, expressas na mobilização pelas retomadas de suas terras, os Povos Indígenas dizem claramente que defendem nada mais que a possibilidade existencial física e simbólica que conforma as suas cosmologias e sua vida ligadas a um determinado território. (ROSA, Jacinto da. 2015, p.18)

Todo esse processo de retomadas contribuiu para a reconfiguração da organização interna da TI, assim como das novas formas de uso do território, aproveitamento das áreas de lavouras de soja e milho retomadas, dando continuidade ao plantio desses grãos e, conseqüentemente, para algumas transformações culturais. Sobre essa questão, Nascimento (2011, p. 197) afirma que:

[...] Com a ocupação branca modificou-se a natureza que os Kaingáng conheciam e cuidavam. Produziu-se outra natureza e outro espaço geográfico que interessava ao capitalismo e não aos índios. Destruiu-se o espaço destes para construir um espaço diferente para a sociedade branca, que produziria mercadoria que permitiria a acumulação de riqueza. O espaço foi modificado. Para os primitivos este tinha conteúdo religioso, histórico e social. Estabeleciam relações sociais com a terra. Já a sociedade branca estabeleceu relação de mercadoria com a terra, onde tudo tem preço. (Nascimento. 2011, p. 197)

Para Tommasino (1996):

[...]nesse século e meio de contato permanente, a sociedade nacional impôs modelos econômicos, sociais e culturais, mas disso não resultou a dissolução e homogeneização das culturas subordinadas. Apesar das mudanças a que foram obrigados a implementar no seu modo de vida, os Kaingáng continuaram a produzir a sua cultura, gestada e redimensionada no interior do novo contexto. Mesmo adotando padrões ocidentais, estes foram reinterpretados segundo seus objetivos e necessidades, seguindo os princípios exclusivamente Kaingang. (Tommasino. 1996)

Para Almeida e Notzold (2011, p.3), a partir no momento que os Kaingang perderam a autonomia do território e a liberdade de transitarem pelo espaço, devido ao confinamento em territórios pequenos, houve uma ruptura nas relações sociais e nas interações com o ambiente circundante, entre sociedade e os elementos do espaço. Ou seja, a medida que a sociedade Kaingang foi impactada pelas práticas e políticas de “civilização”, as relações com a natureza e a concepção da mesma também foram alteradas. Assim “os Kaingang tiveram de se adequar ao avanço da sociedade brasileira sobre o território. Portanto, as cidades foram se tornando espaços de (re) territorialização, por se tratarem de áreas pertencentes ao tradicional território do grupo Kaingang”. (Tommasino. 2001, *apud* Lappe e Laroque. 2015, p.02). Tommasino e Almeida (2014, p. 39) afirmam:

A história recente mostrou que os Kaingang foram e são capazes de se adaptarem às condições adversas criadas pelos conquistadores e provaram ser habilidosos e criativos nas soluções que engendraram. Expropriados de seus territórios de sobrevivência, foram capazes de reinventar novos espaços e formas de garantir tanto a sobrevivência física quanto cultural. (Tommasino e Almeida. 2014, p. 39)

A TI Nonoai, assim como seu povo, ainda se recupera das cicatrizes deixadas pelo histórico conturbado e traumático da colonização. Mesmo assim, os Kaingang continuam resistindo. Com teimosia e bravura tem retomado seus territórios. E nestes territórios ainda em processo de cura, os Kaingang encontraram formas de sobreviver física e culturalmente, afim de reconstruir sua identidade e principalmente, seus modos de vida.

4. A DIVERSIDADE ATUAL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA TI NONOAI

A pesquisa de campo foi realizada em três comunidades da TI Nonoai: Aldeia Sede, Aldeia Bananeiras e Aldeia Pinhalzinho. Através de conversas semiestruturadas e percursos comentados trabalhei com seis famílias de cada aldeia. Primeiramente estas famílias foram divididas em dois grupos distintos de acordo com diferentes perfis de agricultores. O primeiro grupo foi formado por famílias que trabalham somente com produção para autoconsumo. O segundo grupo foi composto por famílias que trabalham com os dois tipos de produção, o sistema agrícola Kaingang para o auto consumo e o convencional (para comercialização). Após essa divisão, conversei com cada núcleo familiar e acompanhei a maioria (não foi possível acompanhar todos) dos agricultores de cada grupo em seus respectivos locais de cultivo (lavouras de soja, roçados aberto após corte e queima, lavouras de arado, quintal e acampamentos) onde foram feitos “percursos comentados”.

4. 1 Grupo 1: Produção agrícola para autoconsumo

As famílias deste primeiro grupo possuem áreas de cultivo relativamente pequenas, a maioria dessas famílias tem em média de 1 a 5 hectares aproximadamente, para seus cultivos em roças de toco (*ãpỹ*), quintais, acampamentos (*vare*) e lavouras de arado. Essas áreas, em sua maioria, estão localizadas em locais de declive (*mer*) ou com presença de pedras, onde os tratores e colheitadeiras não conseguem ter acesso. Essas famílias possuem pouquíssimas áreas de cultivo em relevo plano (*ga han ja*), pois as terras planas em sua maioria são utilizadas para o plantio de soja. Como dito anteriormente, os Kaingang dividem as estações do ano em *Kusa* (inverno), *Prỹg kirã* (entrada da época de cultivo) e *prỹg ã kirã* (entrado do ano novo). Essa divisão das estações ou épocas do ano, se relacionam exclusivamente com a época e os locais de cultivo.

4. 1. 1 As roças de toco nos "interstícios da soja"

As roças de toco na maioria das vezes são feitas nos "interstícios da soja", ou seja, nos locais de capoeiras (*ẽgóho*) que têm como principal utilidade esse tipo

de cultivo. Na abaixo, é possível observar no canto superior esquerdo, uma faixa em amarelo que é um plantio de soja, e logo abaixo o início de um roçado.



Figura 21: coexistência de soja e roças. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

As áreas em rosa na Figura a seguir, mostra a localização aproximada destas áreas que chamamos aqui de "coexistência de cultivos".

Esses locais apresentam vegetação esparsa, com árvores de tamanho relativamente pequeno (de 8 a 15 centímetros de diâmetro), que facilita o roçado. Primeiramente se faz o roçado das árvores mais finas (*ka kãsir*) utilizando foice (*jãpã*). Depois, voltam a atenção para o corte das árvores de diâmetro maior (*ka mag*) que é feito utilizando machado (*még*). Ao processo de corte das árvores maiores, os Kaingang chamam de *kri gÿn* (traduzindo ao pé da letra, "derrubar em cima"). Depois de finalizar a etapa de roçado, esperam secar o mato e assim que fizer alguns dias de sol intenso, os roçados são queimados e depois cultivados. Atualmente para o plantio são utilizadas plantadeiras manuais (matracas). A limpeza desses cultivos se dá através da capina utilizando enxada.

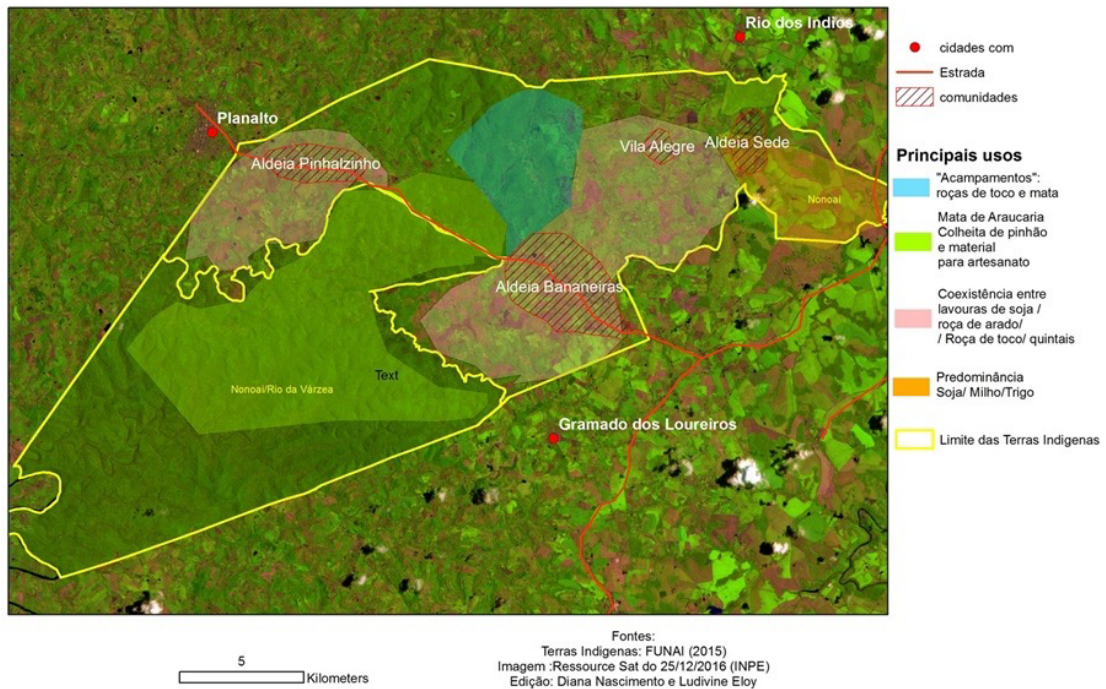


Figura 22: Principais usos do solo.

4. 1. 2 As roças de toco nos “acampamentos” (Vare)

Este grupo apresenta outro local de roças de toco que na maioria das vezes é localizada longe de suas casas, são os chamados “acampamentos” (*vare*). Esses locais se encontram geralmente em ambientes onde a vegetação é mais densa de capoeiras ou florestas secundárias- estágio inicial ou médio de recuperação, onde o tempo de pousio vai de 5 à 10 anos e a fertilidade do solo é maior. Esta área pode ser observada na figura 22, apresentada acima, que mostra o uso do solo. Algumas famílias se mudam para estes acampamentos na época de cultivo, onde é comum as famílias terem uma segunda casa.



Figura 23: Roças de acampamento. Fonte: acervo pessoal da autora, 2016.

A maioria das pessoas que ainda praticam o cultivo em acampamentos tem idade entre 55 a 75 anos. Das 18 famílias com as quais trabalhei, 5 famílias têm seus acampamentos. De acordo com os relatos dos entrevistados, as pragas que fogem das lavouras de produção do soja e do milho, devido ao uso dos agrotóxicos, invadem constantemente as suas plantações, que são na maioria das vezes feitas sem agrotóxicos. Por isso, eles preferem fazer seus *ãpy* em acampamentos em locais mais retirados, longe dos plantios de soja e milho. Nos “acampamentos” são cultivados principalmente o feijão, o milho, a abóbora, a batata e a mandioca, sempre em maior quantidade do que nos cultivos próximos as casas, porém a diversidade de cultivos é menor. As colheitas de feijão e milho feitas no *ãpy* geralmente são feitas para subsistência e para venda do excedente.

Observei que, as famílias que ainda praticam a agricultura de corte e queima, se referem a esta prática como um conhecimento deixado por seus avós e pais. Uma expressão bastante ouvida em relação a isso foi: *ẽg tũ pẽ vã! Kainganh tũ*

pê!. Em português: é nosso! é dos Kaingang!. Ou seja, é a forma tradicional de cultivo dos Kaingang. Essa forma de cultivo (*ãpỹ*) já era feita pelos *ti si*, nossos antepassados. Nas conversas em campo, quando questionei sobre o porque de se insistirem em fazer esse tipo de cultivo (*ãpỹ*), algumas das respostas foram:

Eu planto mais para o consumo, na verdade meu pai ensinou nós a plantar e tirar o sustento dali também néh?! Por costume. A gente cresceu fazendo isso aí. E ajuda a economizar nas compras da casa também. O feijão nós nunca compramos no mercado. O milho também nós nunca compramos para os porcos [suínos] (Marcos, TI Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017).

Quando eu ainda morava com meus pais, nós [irmãs] que ajudava ele a plantar. Nós não temos irmão homem, daí nós que tinha que ajudar ele a conseguir nosso sustento. Depois que eu casei, eu continuei plantando minha coisinhas. E como ele [o marido] também gosta de plantar, nós plantava, mas plantava de pouquinho, porque nós trabalhava na firma [frigorífico] e não tinha tempo para cuidar, daí nós plantava pouco só o que era pra comer mesmo. Agora que nós saímos da firma, a gente tá plantando mais. Agora plantamos de tudo um pouco. Batata, mandioca, feijão, milho e frutas. Além das coisas da horta. [...] agora que nós plantamos mais, além de guardar as semente para plantar no outro ano, nós estamos vendendo o resto pra compra as coisas que faltam, que não tem como plantar (Juliana Jacinta, TI Nonoai, Aldeia Pinhalzinho, 2017).

Nestas roças é comum as famílias fazerem mutirões. Os Kaingang chamam essa ajuda mutua de “troca dia”, quando várias famílias se reúnem nos arredores do roçado do dia. Geralmente os maridos e os filhos roçam e as mulheres fazem o almoço. A maioria dos entrevistados afirma que o “troca dia” acontece somente na etapa de abrir as roças, que consiste na derrubada da mata ou da capoeira utilizando foices, pois a participação de mais homens permite abrir roças maiores em menor tempo. Já para a etapa de queima é necessário esperar o mato secar, e assim que o clima estiver ensolarado e sem muito vento, faz-se a queima. Na etapa da plantação, limpeza e colheita, os chefes das famílias, na maioria dos casos, têm ajuda dos filhos e às vezes dos genros.

Me acostumei, era da cultura. quando me conheci por gente os índio só viviam fazendo esses troca dia, um dia roçavam pro Pedro, amanhã roçavam pro Antônio e todo mundo se ajudava e fazia suas roças, ninguém sonhava em um dia ter uma junta de boi, um trator, nada. [...] e ainda faço porque as roças são mais fácil de fazer, gasta pouco. Ainda planto feijão, milho, batata, mandioca, mas as sementes que nos plantava antigamente, o milho caiãno, o cateto, quase nem tem mais (José Lopes, TI Nonoai, 2017).

Ao analisar o roçado feito nos “acampamentos”, percebe-se que essa forma de cultivo, feita longe de casa, ou longe dos *ẽmã* (aldeia fixa), não é citada nas fontes consultadas que caracterizam a agricultura no tempo *vãsy* (antigo). Pois no processo de aldeamento Kaingang, estes foram induzidos a viver em comunidade (vilarejos), onde todas as famílias viviam e ainda vivem bem próximas as outras. E por isso, não há espaço para os roçados. Assim é possível que os roçados feitos em acampamento surgiram, posteriormente como a forma encontrada para manutenção/readaptação desse sistema de produção.

4. 1. 3. Os cultivos de arado

Há alguns casos onde a roça de toco já se transformou em sistema de cultivo permanente, onde não se alterna mais com pousio e nem se faz a queimada. Estes são chamados cultivo com arado. Estão localizados tanto em locais de declive quanto em locais planos, em sua maioria, situam -se próximos as casas. Sobre este tipo de cultivo, alguns entrevistados explicam que utilizam o herbicida na preparação do solo, já que nessas áreas não é necessário roçar. Assim, após as ervas daninhas secarem, lavram a terra utilizando bois e arados, ou tratores e depois plantam, como ilustra a figura abaixo.



Figura 24: Cultivo de arado. Fonte: acervo pessoal da autora.

Neste tipo de cultivo, as principais culturas produzidas são: o milho, o feijão preto, o feijão carioca, a mandioca, a batata, a melancia e o amendoim. Sobre o uso do herbicida, acreditam que minimizam os riscos provenientes dele, por não utilizarem o produto diretamente sobre o cultivo.

4. 1. 4. Os cultivos de quintais

Praticamente todas as famílias entrevistadas, tanto do grupo um como do grupo dois, nomeiam os cultivos próximos as casas (quintais) como plantio de “miúdos” ou “coisas miúdas”. Nesses locais, é comum ver cultivos de batata, abóboras, mandioca, árvores frutíferas e hortaliças, além de plantios, em escala menor, de feijão e milho. Para eles, estes plantios de milho e feijão próximos a residência servem para consumir o milho ainda verde, assim como o feijão novo. Consideram esses “miúdos” essenciais para uma alimentação saudável, além de ajudar na economia, por não precisarem comprar estes alimentos, proporcionam uma qualidade nutricional melhor, sem agrotóxicos.



Figura 25: Cultivo de quintal. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.



Figura 26: Cultivo de quintal - arado/trator. Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.

Em sua totalidade, o grupo em questão afirma que mesmo se tiverem uma área para plantio de soja, não deixariam de cultivar seus roçados.

A participação das mulheres na produção agrícola é somente nos cultivos de “miudezas”. Elas são responsáveis pelo plantio de batata, mandioca, melancia, melão, abobrinhas, entre outras espécies, além de vários tipos de verduras, legumes e temperos. Nessa forma de cultivo, os maridos ou os filhos são os que preparam a terra para o plantio, enquanto as mulheres trabalham nas outras etapas do cultivo. Neste caso em específico, as filhas ajudam e às vezes contam com a participação dos filhos. Na maioria das famílias com as quais eu conversei e visitei os quintais, é possível notar que a maioria das mudas dos cultivos de hortaliças e frutas (enxerto) foram compradas, já com tamanho grande para que as formigas ou as intempéries não as danifiquem. Por outro lado, muitos afirmam que praticam a troca de sementes. Eu pude detectar através das conversas que pelo menos de duas a três pessoas mais velhas, se encaixariam no conceito de guardiões de sementes. A maioria das famílias cita essas pessoas como sendo as que todo ano tem sementes de várias espécies, mudas de batata e ramos de mandioca guardadas. A maioria dos entrevistados mostraram muito interesse em recuperar certas variedades já “perdidas”.

Ainda sobre este grupo, quando indagados sobre as parcerias agrícolas que acontecem na TI Nonoai, alguns preferem não opinar, e outros se colocam contra, alegando que estas formas de produção em larga escala, feitas através das parcerias, estariam tirando dos jovens a oportunidade de aprender a fazer seus roçados, ou seja, aprender a trabalhar para dar ao seus filhos uma alimentação mais saudável. Comentam também sobre o uso excessivo de agrotóxicos que a monocultura traz. Ouvi vários relatos de que os brancos que trabalham nas terras indígenas através destas parcerias têm utilizado lagos ou açudes para encher pulverizadores e que estas ações estariam deixando muitos peixes mortos nos lagos e rios existentes dentro da Terra Indígena. Há relatos também sobre a proximidade com a qual os agricultores brancos passam pelas casas dos indígenas, pulverizando agrotóxicos e herbicidas.

Neste primeiro grupo, o artesanato, que era muito presente no tempo antigo (*vãsy*) continua fazendo parte do seu cotidiano. Eles ainda coletam seus materiais (taquaras e cipós) geralmente em meio à floresta do antigo parque florestal de

Nonoai, confeccionam seus artesanatos e saem da terra indígena para “negociar”. É assim que chamam essa atividade. Essas viagens acontecem geralmente em períodos de férias escolares ou fora da época de plantio. Assim, o artesanato é um complemento para a economia familiar. Porém, durante todo o ano, é comum encontrar tendas improvisadas as margens da rodovia RS-324, que atravessa a Terra Indígena. As famílias que vivem próximas aproveitam o fluxo de automóveis que cruzam a TI para venderem seus artesanatos.

Outro aspecto importante desse grupo se relaciona com outras formas de economia familiar presentes nesse grupo. A maioria dos jovens desse grupo trabalha em frigoríficos da região. Alguns dos jovens que não trabalham nas empresas (frigoríficos), trabalham como diaristas para as famílias do grupo 2. Estes auxiliam nos cultivos e capina do feijão e do milho, além de capinar nos arredores das casas. Além disso, em época de colheita de uva, maçã ou alho, viajam para longe da TI para trabalhar nesses locais. Uma pequena parte dos jovens desse grupo está cursando graduação. Porém, a maioria desses jovens não terminaram o ensino fundamental ou médio. Quando indagados sobre os motivos de não concluírem seus estudos e ingressar em cursos superiores, alguns alegam que devido o trabalho assalariado aos quais a maioria está vinculada, não encontram tempo para os estudos. Outros afirmam que não tem interesse de morar na cidade, principalmente por terem que se distanciar da família.

4. 2 Grupo 2: Produção Agrícola mista (autoconsumo, monocultura de grãos para comercialização e iniciativas sustentáveis de renda)

O segundo grupo é composto por famílias que trabalham com os dois tipos de produção: mantêm os cultivos para o auto consumo, mas também praticam o cultivo mecanizado de soja. Além da agricultura mista, o grupo 2 apresenta um outro tipo de produção que é bastante recente. Algumas famílias estão começando a trabalhar com produção em escala maior de produtos orgânicos não só para consumo, mas principalmente para geração de renda.

4. 2. 1. Os cultivos de soja

Esses cultivos concentram-se geralmente em áreas planas e devido a isso, a maior parte dessas áreas é cultivada exclusivamente com equipamentos agrícolas

como trator, plantadeiras, pulverizadores e colheitadeiras. São feitas duas safras por ano. No meses de verão são cultivados a soja e o milho, e no inverno o trigo. Os insumos utilizados são os agrotóxicos, os adubos químicos e a ureia para correção do ph do solo. Algumas famílias deste grupo possuem implementos agrícolas como trator, plantadeiras e pulverizadores para plantarem suas terras. Porém, em sua maioria os implementos agrícolas pertencem aos parceiros agrícolas. Como dito anteriormente, nessa TI a maioria das famílias trabalham em forma de parcerias agrícolas, acordadas através de uma cooperativa indígena existente dentro da TI e agricultores *fóg* da região. Os produtos resultantes desses cultivos são vendidos para empresas cerealistas e cooperativas agrícolas que atuam da região.

A distribuição dessas terras é bastante variada e seu tamanho varia de uma família para outra. Esses valores são difíceis de serem calculados, já que algumas famílias tem áreas pequenas que vão de 1 a 10 hectares, outras possuem áreas de pelo menos 20 a 30 hectares e algumas famílias tem pelo menos 200 hectares ou mais.

4. 2. 2 Os cultivos de subsistência

Os núcleos familiares deste grupo reservam alguns alqueires de terra para plantação dos seus “miúdos” (feijão preto e milho), que são feitos nos cultivos de arado ou nas roças de toco, geralmente próximos a sua residência. Os quintais também são utilizados para o plantio de hortaliças, arvores frutíferas, uma quantidade pequena de feijão, milho, batata e mandioca.

Nesse grupo não acontece o “troca dia”, pois os roçados dessas famílias é feito em áreas pequenas.

Este grupo em sua maioria afirma e ate defende que a soja produzida através das parcerias agrícolas. Contam que depois que se iniciaram as parcerias, a qualidade de vida tem melhorado significativamente. Ouvi diferentes relatos relacionados a essa melhora. Por exemplo, puderam reformar suas casa, comprar seus móveis ou carro, e puderam ajudar seus filhos nos estudos (muitos jovens estudam em universidades da região). Antes das parcerias, a necessidade de sair da terra indígena para vender seus artesanatos era muito grande pois o artesanato também é parte da economia da maior parte deste grupo.

No caso dos cultivos de arado, a terra é geralmente arada com bois ou trator. Depois disso, a plantação é feita com plantadeira manual. Nessas áreas, é cultivado o feijão, milho, abóboras, batatas e mandioca, assim como no primeiro grupo.

Neste grupo, o papel das mulheres também se torna parecido com o das mulheres do primeiro grupo, já que são elas as responsáveis pelas etapas seguintes a preparação da terra feita pelos homens. Porém a maioria das mulheres deste grupo relata que as vezes é preciso "brigar" com seus maridos ou filhos para que estes preparem a terra, para que elas possam manter seus cultivos de arado, roçados ou quintais. Nessas conversas foi possível perceber que a maioria dos homens tem dado uma atenção maior aos cultivos de soja e milho em larga escala. E nesse sentido é preciso ressaltar o importante papel das mulheres na manutenção dos cultivos de subsistência. A "teimosia" dessas mulheres em continuar fazendo seus cultivos mostra a força da resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang.

Uma boa parte dos jovens deste grupo está estudando. Vários já estão em universidades, cursando uma grande variedade de cursos. Estes são motivos de orgulho para os pais. Porém, ao mesmo tempo em que essas famílias querem dar um futuro melhor para seus filhos através dos estudos, sabem também que isso pode distancia-los ainda mais da agricultura Kaingang. E mesmo defendendo os pontos positivos existentes nessa nova forma de economia (monocultura), este grupo reconhece que os impactos provenientes deste tipo de cultivo são enormes. Neste contexto, esses pais afirmam que esse é outro motivo pela qual não deixam de fazer seus cultivos, na tentativa de mostrar aos seus filhos que é possível fazer as duas coisas.

Em relação à cultura, pude perceber que as famílias (independente de grupo) com as quais trabalhei, permanecem com traços culturais bem definidos e arraigados. Continuam falando a língua, respeitando os costumes, produzindo e comendo alimentos tradicionais (*ẽgóho*) como o *fuvá*, *kumĩ* e o *shiraj* (folhas) entre outros alimentos, como bolos feitos de milho verde e farinha de trigo, além da raiz do caraguatá, conhecido localmente como *fỹj*. E mesmo com muitas adaptações assim como muitas outras culturas, os Kaingang continuam colocando em prática a agricultura Kaingang e transmitindo-a de geração a geração.

4. 3 Iniciativas sustentáveis de produção e renda

Além dos cultivos de soja e dos cultivos para subsistência, na TI Nonoai tem sido comum ver iniciativas e interesse em outras formas de produção e renda. Essas novas formas de renda são voltados aos cultivos sustentáveis (orgânicos). Essas iniciativas, na maioria dos casos, são de pessoas que fazem parte da geração mais nova (20 a 45 anos em média). Esses núcleos familiares tem produzido melão, melancia, cebola e verduras e legumes. Tais cultivos são feitos em hortas e estufas, além das áreas preparadas com trator, geralmente próximo as casas. Esse tipo de produção tem sido a nova fonte de renda de algumas famílias. Estes produtos, além de servirem para o consumo da famílias, servem também para a venda em supermercados, restaurantes, escolas e venda de porta em porta. Em uma entrevista, o Sr. Ademir Izaias relatou:

Eu trabalhava na firma [frigorífico] mas eu saí. Trabalhei na Aurora e na Sadia, mas era muito serviço, trabalhar de peão é muito puxado. Eu não tinha tempo para plantar as minhas coisas. Eu saía de casa as 11 horas e voltava as 2 horas da manhã. Agora to voltando a plantar. Eu planto aqui ao redor de casa e lá embaixo [roça de toco]. sem usar veneno, nada. Lá fora [da TI] eles tratam [utilizam insumos] só para ficar bonito. Lá embaixo eu planto nadioca, milho, batata, feijão. Aqui ao redor de casa também planto, mas em menos quantidade. Aqui eu plantava mais saladas. Eu tinha 3 hortas. Eu ja estava com espaço [área de cultivo] para 4 mil mudas de alface. Além disso eu plantava cebola, melancia, melão. Essas coisas eu planto para consumo e também para vender. A primeira vez que eu plantei aqui [nessa horta], duas bandejas de 200 mudas eu plantei. Os caras [do mercado e restaurante] não acreditaram que era produção de indio. Um deles me disse,- Não, indio não faz isso daí. Eu falei pra ele: - Vai lá ver então a hora que quiser. E ele veio mesmo ver. Cresceram [as salada] muito bonitas uns pés bem muito grande e viçosos. E eu só usei esterco de gado e galinha.[...] Mas daí parei de fazer porque quando eu comecei a fazer, várias pessoas também estavam começando. Daí acabou não tendo saída para a produção. Nós tava indo bem no começo. Mas tinha uns começando a vender muito barato. Falta muito incentivo para esse tipo de produção. Devia ter alguma parceria, fontes de entrega. Não temos onde entregar. Nós ja tava entregando pra escola e nos restaurantes da cidade, más aí eles começaram com algumas exigencias. Exigir que fosse plantado em estufa e mais umas coisas. Agora vou começar de novo. Vou fazer as estufas. Se tivesse mais incentivo pra essas coisas [iniciativas]. não precisaria mecher com soja. Eu pelo menos acho que vale mais a pena plantar essas coisas. (Sr. Ademir Izaias)

Uma outra família entrevistada tem como principal fonte de renda a produção de leite. Essa família me relatou que tem pouca terra para plantio de soja (aproximadamente quinze hectares). Destes, sete hectares são utilizados para o

cultivo de soja através da parceira agrícola. Dos oito hectares restantes, uma parte (aproximadamente 6 hectares) é reservada para o plantio de milho e pasto. Esses plantios são feitos pelo parceiro agrícola que ao invés de pagar o lucro resultante do cultivo de soja ou de milho para a família indígena, prepara a terra e planta o pasto e o milho para as vacas, além de fazer a silagem (alimento para gado). Além disso, nos dois hectares restantes, essa família cultiva feijão, batata, mandioca, batatinha (batata inglesa), verduras, legumes, árvores frutíferas como laranja e uva, cuja produção na maioria das vezes é vendida.

Em todas as entrevistas com as famílias que trabalham com essas novas iniciativas, foi bastante comum ouvir relatos sobre a falta de incentivos e financiamentos. Mesmo assim, a maioria das famílias afirma que quer continuar trabalhando com essas novas formas de produção, mesmo sem os incentivos, pois os gastos nesse tipo de produção são menores, e demandam pouca área de terra para sua execução.

4. 4 A caça e a pesca

Em relação à caça, a frequência e o número de pessoas que ainda fazem esta atividade é relativamente baixa, porém, essencial para a relação interpessoal dos Kaingang de Nonoai, já que estes, quando saem para caçar, saem geralmente em grupo de duas a até 4 pessoas. Na maioria das vezes reúnem-se com amigos e familiares homens (filho, primos, cunhados e genros). A maioria dos indígenas que ainda caça, afirma fazer armadilhas principalmente para a caça do tatu. Além do tatu as espécies mais encontradas são, o veado, o porco do mato (javali), o quati, a paca e aves como a pomba e o jacu.

Através das conversas em campo foi possível perceber a caça para os Kaingang tem como finalidade o fortalecimento dos laços familiares e sociais, já que a princípio cria-se um grupo de homens que saem para caçar várias noites seguidas, até conseguir a quantia de animais suficiente para ser dividido igualmente ou até ser suficiente para refeição da família de todos os participantes. Outro fato interessante que reforça essa hipótese, é que geralmente as famílias se reúnem para comer a carne de caça. Essa carne na maioria das vezes, é preparada nos finais de semana para que todos possam comparecer. Quando essa quantia de caça

é maior que o suficiente, o excedente é vendido, geralmente para outros indígenas.

Em relação a pesca, atualmente na TI Nonoai a maioria das famílias ainda praticam a atividade de pesca. Assim como na caça, essa atividade geralmente é feita em grupos familiares e entre amigos. Essa atividade ao contrário da caça, conta com a participação ativa das mulheres e também das crianças.

Durante a pesquisa de campo, pode se participar de uma forma de pesca bastante peculiar, onde a comunidade da Aldeia Bananeiras resolveu fazer a abertura de um tanque de peixe, conhecido localmente como açude. Neste dia a participação das mulheres, crianças e adolescentes foi bem visível, já que a maior parte destes, estava em meio ao barro, carregando pedaços de madeiras, facas e lanças, na tentativa de conseguir algum peixe. Ao final da atividade, as pessoas que haviam conseguido pegar mais peixes, deram alguns dos seus aos que não conseguiram. Foi interessante presenciar tal atividade, pois ali pode-se perceber o quão forte a pesca ainda é na manutenção das boas relações interpessoais e familiares, já que nenhuma família saiu da pescaria sem algum peixe.



Figura 27: Pesca coletiva, TI. Nonoai, Aldeia Bananeiras, 2017. Fonte: Acervo da autora.

Outro tipo de pesca que tem se tornado raro, mas ainda sim praticado pelos Kaingang de Nonoai, é a pesca com uma espécie de cipó batido na água, conhecido como *pénjo*. Nessa atividade, o cipó é cortado e batido nas pedras do rio, de modo a contaminar o rio com uma espécie de ácido que os Kaingang acreditam cegar o peixe. Essa prática, geralmente também é feita em um grupo grande, já que a quantidade de peixes que aparecem mortos no rio é grande. E para que os peixes não sejam desperdiçados, várias famílias são convidadas.

Além de ser parte fundamental da subsistência Kaingang, a pesca é ainda uma forma de lazer principalmente entre pais, filhos e sobrinhos. Nos finais de semana ou dias de chuva, estes se reúnem com os familiares e vão pescar nos rios existentes na TI, ou em lagos de barragens da região. No verão é muito comum as famílias acamparem nestes locais durante os finais de semana.

4. 5 A Coleta

Atualmente, o consumo de alimentos industrializados e, em consequência, o aumento do número de doenças tem sido bastante significativo em meio ao povo Kaingang na Terra Indígena Nonoai.

D'Angelis e Veiga (2009, p. 2) afirmam que;

A base da alimentação do povo Kaingang em sua maior parte ainda é o arroz, acompanhado do Feijão. Pessoas mais antigas ou em comunidades mais tradicionais, costumam comer o feijão com cangica de milho (não é a cangica doce, com leite, dos brasileiros). A maioria das famílias Kaingang compra carne, embora muitos tenham porcos e galinhas de criação, e muitos já consomem carne de gado (possivelmente a maioria), coisa que há cerca de 50 ou 60 anos era pouco comum. Há também muito consumo, atualmente, de macarrão e bolachas. Por tudo isso, pelas mudanças a que foram obrigados nos seus hábitos alimentares, hoje a obesidade, a hipertensão e o diabetes são problemas de saúde comuns entre os Kaingang. (D'Angelis e Veiga. 2009, p. 2)

Sobre a coleta de alimentos tradicionais, em sua grande maioria são folhagens. Os Kaingang relacionam os locais de coleta a áreas bastante férteis, geralmente em áreas que tenham uma cobertura florestal densa, como beiras de rios (mata ciliar) e locais onde se fez queima de roçado. Com o avanço da monocultura, algumas destas espécies têm se tornado escassas. Ainda que a maioria destes alimentos não seja preparada cotidianamente, tais alimentos continuam presentes na memória das

peessoas mais velhas da comunidade. As pessoas entrevistadas ainda têm em suas mentes os pontos de referência dos locais e época de coleta, e também as formas de preparo.

Atualmente os Kaingang têm utilizado somente 4 a 5 espécies principais de folhas de sua culinária. São estas: o *Kumî* (mandioca brava na língua portuguesa) do qual se come a folha moída e cozida durante aproximadamente 8 horas. O *kumî* nasce principalmente nos locais onde houve queima de roçado. O *fuva* (maria preta na língua portuguesa), a *ranisa* e *osiraj* (serralha), que ainda continuam nascendo em grande quantidade em meio a lavouras de soja e milho recém-colhidas, pois essas espécies nascem em solos recém movimentados e bem adubados. Porém, assim que chegam a um tamanho possível de coleta, a terra já recebe outra chuva de herbicida, matando nossa comida tradicional como se ela fosse uma erva daninha. Além disso, utilizam também o caule do caraguatá, que é localmente conhecido como *fÿj*.

Observe figura 28 abaixo.



Figura 28: Em primeiro plano, pé de fuvá em meio a resteva de soja, ao fundo uma família colhendo o fuvá. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

4. 5.1 A coleta do Pinhão

A relação dos Kaingang com o pinhão ainda hoje é visivelmente forte. Na TI Nonoai, nos meses que antecedem o inverno, ou seja, final de março até meados de maio, já nos primeiros raios de sol os pais aprontam os bois e a carroça, reúnem os filhos e parentes e vão longe até os pinheirais a procura de pinhão. Lá permanecem acampados até semanas. Ao voltar para casa com alguns quilos do fruto esperam a chegada do inverno. Nesse meio tempo já vão preparando a lenha que será queimada durante a estação fria. Assim que chegam os primeiros dias de frio, praticamente em todas as casas é possível encontrar um fogo de chão ou fogo a lenha cercado por familiares e amigos, sempre acompanhado de boas e animadas conversas, chimarrão e principalmente pinhão na brasa ou na chapa . Outra forma de consumo do pinhão, que antigamente era muito comum, é o pinhão socado, me recordo de ter comido quando eu ainda era criança, por volta dos meus 11 anos. Nesse processo, o pinhão depois de cozido e descascado, era colocado no pilão e socado até ficar uma farinha bem mais consistente e úmida, diferente dos outros tipos de farinha produzidos pelos Kaingang. Esta “farinha” é chamada de *fág gēj*, e era o acompanhamento perfeito para todo tipo de carne. Atualmente algumas famílias ainda fazem.

Na TI Nonoai, além da coleta do pinhão, é comum a coleta de outros tipos de frutos. Na época da jabuticaba (*mé*), por exemplo, é comum encontrar famílias acampadas dentro do mato ou saindo de carroça no clarear do dia, permanecendo nestes locais até o anoitecer. Na época de guabiroba (*pénva*), pitanga (*jymĩ*), bergamota e laranja (*kakanê*), mesmo a maioria das famílias tendo estes frutos em seus quintais, reúnem a família, pegam alguns artesanatos, por exemplo, balaio, cesto grosso, que por ser mais firme é muito procurado pelos colonos para carregar milho e peneiras e levam até colonos que vivem nos arredores da TI para trocarem por estes frutos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da exposição sobre a pesquisa realizada, tentamos compreender a história recente do povo Kaingang. Mostramos que a realidade atual vivida pelos Kaingang da TI Nonoai é o resultado de uma história que já se aproxima de dois séculos.

As perdas territoriais resultantes do processo de expansão colonização tiveram como principais consequências, o confinamento e a sedentarização dos Kaingang em pequenos espaços (aldeamentos), onde ficaram impedidos de exercer suas territorialidade no espaço reduzido. Houve também o uso de mão de obra indígena forçada. E porque não dizer que os indígenas foram escravizados em seu próprio território? Não bastando para os *fóg* estarmos vivendo confinados em nossos próprios territórios, órgãos estatais tornaram se responsáveis pela nossa administração e tutela, nos colocando como seres incapazes de cuidar de nossas próprias vidas e escolher nossas formas de viver.

Enquanto o território Kaingang e seus recursos naturais sucumbiam nas mãos dos colonizadores, nossos antepassados (*ti si*) perdiam sua autonomia e formas de subsistência. Fomos brutalmente saqueados. Exauriram os recursos de nossos territórios mesmo depois de demarcados. Com o uso da força e ameaças impunham a nós Kaingang novas e insustentáveis formas de uso do território que giravam em torno do lucro e da devastação.

O tempo *vãsy* de uma vida farta, havia acabado e começava o *ũri*, quando os Kaingang estavam impedidos de continuar suas mobilidades pelo vasto território em busca de subsistência. Assim, meu povo tornou-se dependente do estado, muitas vezes até para seu próprio sustento.

Nesse contexto, o que a história chama de “abertura de fronteiras agrícolas”, para os Kaingang foi só o início de um fechamento de fronteiras socio ecológicas, ou seja, de todo um processo histórico de perdas. Perdas de território, da sua autonomia social e política, cultural, da sua dignidade como povo. Ou seja, mais do que uma transformação ambiental, esse processo feriu o modo de vida, a cultura e a própria identidade Kaingang.

É visível que na TI Nonoai o sistema agrícola Kaingang tem sofrido transformações devido a introdução de tecnologias ocidentais aos seus cultivos. Porém, até o momento não tem ocorrido uma completa substituição dos sistemas

produtivos e das técnicas agrícolas Kaingang, como se afirma costumeiramente na tentativa de negar, depreciar a identidade étnica deste povo. Principalmente quando se trata das roças de toco (*ãpỹ*), que ainda mantém as principais características das formas de cultivo de antigamente,

Pode-se perceber que a maioria dos Kaingang que trabalha com monoculturas só estão nesse ramo por falta de incentivo a outras formas de produção e geração de renda mais sustentáveis. Na verdade, não há incentivos para nenhum tipo de economia. E assim, os Kaingang viram nas parcerias agrícolas uma forma de buscar a auto gestão e autonomia do território. Porém, sabe-se que a prática da monocultura trás consigo impactos e transformações negativas. No caso dos Kaingang houve a perda de espécies importantes da agrobiodiversidade anteriormente cultivadas e ao mesmo tempo dos saberes tradicionais associados. Além disso, a mão de obra esta cada vez mais escassa, pois os jovens estão privilegiando o trabalho assalariado. Assim, a introdução de um novo paradigma de desenvolvimento tem desestruturado as formas sustentáveis de renda e subsistência do povo em questão.

A economia da Terra Indígena de Nonoai atualmente gira em torno principalmente, das monoculturas de grãos (soja e milho em larga escala), da agricultura de subsistência (roças de toco, cultivos de quintal, cultivos de arado), artesanato, além de um numero grande de indígenas que trabalham em frigoríficos e colheitas temporárias de uva, maçã e alho. Recentemente tem surgido em Nonoai um grande interesse de algumas famílias em trabalhar com produção de legumes e verduras em hortas e estufas para geração de renda. Há também iniciativas de produção de leite.

A implantação desses novos tipos de cultivo, hoje, além da subsistência, tem como intuito a geração de renda. Isso se deve as transformações do modo de vida imposto, a necessidade e o interesse na melhoria da qualidade vida.

Nesse sentido, o interesse pela formação acadêmica tem crescido cada vez mais nessas comunidades, com intuito de profissionalizar e capacitar os próprios indígenas nas diferentes áreas do conhecimento, para que assim seja possível aos indígenas ocupar os espaços nos quais se discute e se decide os interesses das comunidades.

Assim, se desenham os projetos de “desenvolvimento” em busca da

autonomia através da auto gestão territorial e ambiental, bem como as políticas de educação e saúde. No entanto, é necessário que se construa uma política interna, não somente de incentivo a formação de profissionais indígenas, mas que essa política englobe também formas de acolhimento destes profissionais e apoio na construção da auto gestão dos territórios.

Desta forma, percebe-se que o tempo atual (*ũri*) no qual os Kaingang passaram a viver a partir da conquista e subordinação ao indigenismo oficial, esta entrando novamente em transição. Um novo momento do *uri*, parece ter se iniciado. As iniciativas das comunidades na auto gestão de seus territórios tem sido cada vez mais evidentes na tentativa de sair da dependência, precariedade e miséria causada por todo esse processo.

Ainda são muitos os desafios, mas os fatos mais recentes parecem mostrar que os descendentes dos primeiros grupos Kaingang, que foram confinados em aldeamentos, conseguiram atingir um patamar que poderá ser decisivo para a sua autodeterminação. Através de políticas públicas é necessário dar condições e incentivos para que as famílias indígenas e principalmente para que os jovens profissionais insistam ainda mais em permanecer dentro das terras indígenas, promovendo a autonomia e a sustentabilidade desses povos e territórios. Projetos como a PNGATI² são de grande interesse para os povos indígenas, todavia é uma política muito incipiente que ainda não teve o alcance necessário

Por fim, é esperado que se possa trabalhar com a terra de forma que, além de produzir, leve-se em conta a preservação do meio ambiente, com responsabilidade e o respeito social, econômico e ambiental, levando em consideração os conhecimentos tradicionais. Manter a agricultura tradicional Kaingang e demais cultivos voltados a subsistência é uma forma de manutenção da agrobiodiversidade e de manter viva a cultura e de garantir a transmissão dos saberes Kaingang para as futuras gerações.

Essa pesquisa realizada na TI Nonoai foi a primeira tentativa de compreender a complexidade da realidade vivida pelos Kaingang do RS em geral, pois as experiências de campo em Nonoai se repetem em outras terras indígenas.

² Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – firmada pelo Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012.

Sendo uma aventura acadêmica de uma iniciante, poderia afirmar que esse trabalho é apenas uma abordagem que precisa ser continuada e aprofundada.

ANEXOS

LISTA DE ESPÉCIES LEVANTADAS EM CAMPO- ROÇAS DE TOCO

Espece (nome local em português)	Variedade (nome local em português)	Nome Kaingang	Nome científico	Presença no grupo 1 (9 famílias)	Presença no grupo 2 (9 famílias)
Milho	caiano	<i>Gãr kugru</i>	<i>Zea mays</i>	X	x
	cateto			X	x
	pipoca	<i>gêru</i>	<i>Zea mays everta</i>	X	
	Comun/ Transgênico	<i>Gãr</i>		x	x
Mandioca	amarela	<i>Manioca</i>	<i>Manihot esculenta Crantz</i>	X	X
	branca				X
Cana	de cacho/ sorgo	<i>Kanîn</i>	<i>Sorghum bicolor</i>	X	
	Cana caiana		<i>Saccharum officinarum L.</i>	x	x
Feijão	cavalo		<i>Phaseolus vulgaris</i>	X	X
	carioca			X	x
	carioca vermelho			X	X
	preto	<i>Régró sá</i>		X	X
	espécie de feijão-vagem longa	<i>Regro mótéj</i>	<i>Vigna unguiculata</i>		
Arroz	piriquita	<i>aroj</i>	<i>Oryza sativa</i>	X	
	agulhão			X	
Abobora	comum	<i>Pého</i>	<i>Cucúrbita moschata</i>	X	X
	moranga	<i>Pého ror</i>	<i>Cucúrbita máxima</i>	x	X
	de pescoço	<i>Pého nunh téj</i>		X	X

Grupo 1: 17 espécies e variedades

Grupo 2: 13 espécies e variedades

Diversidade intra-específica

LISTA DE ESPÉCIES LEVANTADAS EM CAMPO- PLANTIOS EM QUINTAIS E PLANTIOS FEITOS DE ARADO

Especie (nome local em português)	Variedade (nome local em português)	Nome Kaingang	Nome científico	Presença no grupo 1 (9 famílias)	Presença no grupo 2 (9 famílias)
Milho	Pipoca		<i>Zea mays everta</i>	x	
	Comum / Transgênico	<i>gãr</i>	<i>Zea mays</i>	x	x
	Cateto	<i>Gãr kugru</i>		x	
Melancia		<i>ror</i>	<i>Citrullus lanatus</i>	x	x
		<i>téj</i>		x	x
		<i>tynh sy</i>		x	x
Melão	colonial		<i>Cucumis melo</i>	x	x
	comum			x	x
Maracujá			<i>Passiflora edulis</i>		x
Cana	de cacho	Kynin	<i>Sorghum bicolor</i>	x	
	comum		<i>Saccharum officinarum L.</i>	x	x
Amendoim		<i>minui</i>	<i>Arachis hypogaea</i>	x	x
Batata (inglesa)		<i>matata</i>	<i>Solanum tuberosum</i>		x
Batata doce	roxa por fora	<i>kusûg</i>	<i>Ipomoea batatas</i>	x	x
	amarela	<i>marér</i>		x	x
	branca	<i>kupri</i>		x	x
Mandioca	amarela	<i>marér</i>	<i>Manihot esculenta</i>	x	x
	branca de casca rosa	<i>Fár kusûg</i>		x	x
	branca de casca branca	<i>Fár kupri</i>		x	x
Abobora	de pescoço	<i>Pého nunh téj</i>	<i>Cucúrbita moschata</i>	x	x
	Moranga	<i>Pého ror</i>		x	x
Feijão	cavalo		<i>Phaseolus vulgaris</i>	x	x
	preto	<i>Régró sá</i>		x	x
	carioca			x	x
	Feijão-de-	<i>Régró mótej</i>	<i>Vigna</i>	x	x

	corda		<i>unguiculata</i>		
Chuchu			<i>Sechium edule</i>	x	x
Ervilha			<i>Pisum sativum</i>		x
Chicória	almeirão		<i>Cichorium intybus</i>	x	x
	Radite				
Brócolis			<i>Brassica oleracea var. italica</i>		x
Abobrinha			<i>Cucurbita pepo var. cylindrica</i>	x	x
Repolho			<i>Brassica oleracea var. capitata</i>	x	x
cebola			<i>Allium cepa</i>	x	x
Couve			<i>Brassica oleracea variedade acephala</i>	x	x
Couve flor			<i>Brassica oleracea var. botrytis</i>		x
Alface	Crespa		<i>Lactuca sativa</i>	x	x
	lisa			x	x
	Americana			x	x
Rúcula			<i>Eruca sativa</i>	x	x
Cenoura			<i>Daucus carota subsp. sativus</i>	x	x
Pepino			<i>Cucumis sativus</i>	x	x
Beterraba			<i>Beta vulgaris</i>	x	x
Cebolinha			<i>Allium fistulosum</i>	x	x
Salsinha			<i>Petroselinum crispum</i>	x	x
Banana			<i>Musa sp</i>	x	x
Uva			<i>Vitis sp</i>		x

Laranja	Comum		<i>Citrus X sinensis</i>	x	x
	Lima				x
	Umbigo				x
Limão			<i>Citrus x limon</i>	x	x
Pera			<i>Pyrus</i>		x
Butiá			<i>Butia capitata</i>	x	x
Pêssego	branco		<i>Prunus persica</i>		x
	amarelo			x	x
Ameixa	amarela		<i>Eriobotrya japonica</i>	x	x
	Roxa	kakanê	<i>Prunus salicina</i>		x
Pokan	<i>Citrus reticulata</i>			x	
Bergamota	comun		<i>Citrus bergamia</i>	x	x
Jabuticaba		mé	<i>Plinia cauliflora</i>	x	x
Mamão			<i>Carica papaya</i>		x
Pitanga		jymi	<i>Eugenia uniflora</i>	x	x
Goiaba			<i>Psidium guajava</i>		x

Grupo 1: 47 espécies e variedades

Grupo 2: 59 espécies e variedades

importância das frutíferas e espécies comerciais. Diversidade específica

LISTA DE ESPECIES PERDIDAS LEVANTADAS

Nome local em português	Variedade (nome local em português)	Nome Kaingang	Nome científico	Descrição
Milho	cunha		<i>Zea mays</i>	
	Pipoca grande	karapé	<i>Zea mays everta</i>	Tamanho maior da encontrada atualmente
Feijão	amarelo	Régró marér	<i>Phaseolus vulgaris</i>	
	vermelho	Régró kusûg		Em 60 dias era possível colhe-lo.
	branco/tupi	Régró kupri		

	murinho			
		<i>Gênma</i>		Sem descrição
	bagual			
		<i>mûshisho</i>		
Melancia	amarela	<i>Marshia marér</i>	<i>Citrullus lanatus</i>	Sua coloração interna era avermelhada
Batata		<i>Matata sá</i>	<i>Ipomoea batatas</i>	roxa e por dentro preta
Cana (sem doce)	Vassoura	<i>mashora</i>		Espécie de cana, depois de sua semente cair, seu feixe era utilizado para fazer vassoura
Arroz	amarelão	<i>Aroj marér</i>	<i>Oryza sativa</i>	
		<i>Dohó</i>		Sem descrição

Total de 7 espécies e 13 variedades perdidas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSETTI, Juan Batista. 2006. **Os Índios Kaingang de San Pedro (Misiones). 1865-1917**. São Paulo, Editora Curt Nimuendajú, Campinas.

ARESI, Claudia. 2008. **Tranformações culturais e território**; O Kaingang da reserva Indígena do Serrinha- RS, Porto alegre, UFRGS.

BACKES, Albano. 2012. **Áreas Protegidas No Estado Do Rio Grande Do Sul: O Esforço Para A Conservação**. Pesquisas, Botanica No 63:225-355 Sao Leopoldo: Instituto Anchiitano De Pesquisas.

BECKER, Ítala, I. B. 1979. **O Índio Kaingang do Rio Grande do Sul**. Instituto Anchiitano de pesquisas, São Leopoldo, RS.

Bioma Pampa. Disponível em; <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28609-o-que-e-o-bioma-pampa/> Acesso em 03/03/2017

BRINGMANN, Sandor, Fernando. 2015. **Entre os índios do sul: Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçupé/SC (1941-1967)**. Florianópolis, UFSC.

BUBLITZ, Juliana. 2010. **História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: O avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema**. Programa de Pós-Grad. em História Social da UFRJ.

BUSTAMANTE, P. G.; DIAS, T. A. B. 2014. **Segurança Alimentar e Agrobiodiversidade**. Reforma Agrária, v. 01, p. 67.

CONCEIÇÃO. Maria da, LOPEZ. Onildo. 2016. **O genocídio Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul**. Disponível em <http://averdade.org.br/2016/07/o-genocidio-guarani-e-kaiowa-no-mato-grosso-do-sul/> Acessado em 22 de abril de 2017.

D'ANGELIS. Wilmar; VEIGA. Juracilda. 2009. **Alimentação dos Kaingang, ontem e hoje**. Disponível em; www.portalkaingang.org/Alimentacao_Kaingang.pdf

ABI-EÇAB. Pedro C. 2011. **Principais ameaças ao meio ambiente em terras indígenas**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas Macapá, n. 3, p. 01-17.

EMPERAIRE, Laure. 2015. **La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia Brasileña**. "Patrimonios locales y gobernancia" Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo, Ministerio de la Cultura, Buenos Aires.

EMPERAIRE. Laure; ELOY. Ludivine. **A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências

Humanas, Belém, v. 3, n. 2, p. 195-211, maio-ago. 2008. Acessado em 27 de abril de 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/32224485_A_cidade_um_foco_de_diversidade_agricola_no_Rio_Negro_Amazonas_Brasil

ELOY. Ludivine, **Resiliência dos sistemas indígenas de agricultura itinerante em contexto de urbanização no noroeste da Amazônia brasileira**, *Confins*[En ligne], 2008, mis en ligne le 23 février 2008, acessado em 25 de abril 2017. URL: <http://confins.revues.org/1332>; DOI: 10.4000/confins.1332

FERNANDES, Ricardo Cid. PIOVEZANA, Leonel. 2015. **Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil**. *Ambiente & Sociedade* São Paulo v. XVIII, n. 2, p. 115-132.

FREITAS, A. E. C. 2000. **Ocupação do Espaço: Avaliação Ambiental das Terras do Capão Alto - Terra Indígena Nonohay, RS**.

FUNAI, 2015 disponível em;
<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>
<http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?start=1#>

IBGE, Mapa uso da terra, 2010;
ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/cobertura_e_uso_da_terra/uso_atual/mapas/unidades_da_federacao//rs_uso.pdf Acessado em 20 de março de 2017

IOTTI, Luiza H. 2001. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Caxias do Sul, Educus.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL- ISA, **Povos Indígenas do Brasil 2011/ 2016**. Fany Ricardo e Beto Ricardo (orgs.). 12ª ed. 2017.

LAPPE, Emelí. LAROQUE, Luís Fernando, Silva. **Indígenas e Natureza: A reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gã, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá**, Vol. 34, agosto 2015.

LITTLE, Paul E. 2002. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília.

MEDRI, Moacyr E. [et al.], editores. 2002. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina.

MIRANDA, Claudionor, C. JORDÃO, Miguel. 2005. **Saberes tradicionais: Alternativas para a sustentabilidade das práticas agrícolas na perspectiva dos índios Terena de Mato Grosso do Sul**. *Tellus*, ano 5, n. 8/9, p. 165-173, Campo Grande – MS.

MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva. TOMMASINO, Kimiye. 2000 **Uri e**

Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Editora UEL.

MOTTER, Adriana F. Canova. 2011. **Um olhar sobre o processo de transformação da paisagem na bacia do rio Santa Rosa (nw do RS), de 1915 até os dias atuais.** UFSM

NASCIMENTO, José Antonio Moraes. **Ocupação e apropriação de terras dos kaingang,** Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 5, n. 1, jul-dez., 2011.

NORDER, Luiz, Antonio C. **Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial** Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.107-120, set. 2006.

IBGE, **Distribuição da população indígena, 2010, citado por Funai 2017.** Disponível em <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>

NÖTZOLD, Ana L. V. ALMEIDA, Carina S. **A memória da paisagem:** Os Kaingang e as relações entre cultura e natureza nos “apontamentos” de Mabilde. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

OLKOSKI, Wilson. 2007. **Aspectos da história agrária dos Kaingang do Médio Alto Uruguai.** Rio Grande do Sul.

PORTAL KAINGANG, http://www.portalkaingang.org/index_nonoai.htm Acesso em 18 de abril de 2016.

PIOVEZANA, Leonel. **Território Kaingang na mesorregião grande fronteira do MERCOSUL: territorialidades em confronto.** História Unisinos, Maio/Agosto 2011.

REPÓRTER BRASIL – **Organização de Comunicação e Projetos Sociais Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis.** www.agrocombustiveis.org.br ONG Repórter Brasil www.reporterbrasil.org.br. Julho de 2010.

ROBERT, Pascale de; LÓPEZ GARCÉS, Claudia; LAQUES, Anne-Elisabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia. 2012. **A beleza das roças: Agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 2, p. 339-369.

ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. 2004. **A luta pela terra em memórias Kaingang.** UNICAMP- Campinas, SP : [s.n.].

JACINTO DA ROSA, Douglas. **Gestão Socioambiental e Territorial de Terras Indígenas sob uma perspectiva Kaingang: Um ensaio (auto) etnográfico em Re Kujú - Campo do Meio, Bacia hidrográfica do Alto Uruguai, atual Estado do Rio Grande do Sul.** Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015

RURAL Br. **Safra de soja recorde deve gerar incremento de R\$ 33 bilhões na economia do Rio Grande do Sul**, disponível em > <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/05/safra-de-soja-recorde-deve-gerar-incremento-de-r-33-bilhoes-na-economia-do-rio-grande-do-sul-4143542.html>

TOMMASINO, Kimiye. ALMEIDA, Ledson Kurtz de. 2014. **Territórios e territorialidades kaingang**: A reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. Dossiê – Estudos sobre as sociedades jê (Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil, v19, n2, p18.

TOMASINNO. Kimiye. **Os Kaingang e a construção do tempo atual**, Texto apresentado na Xx^a Reunião da ABA-Associação Brasileira de Antropologia, em Salvador-BA, no GT Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul, 1996. Disponível em; <http://ktommasino.blogspot.com.br/2011/03/construcao-do-tempo.html>.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997.

WISNIEWSKI. Fernanda, **A terra indígena do Guarita -RS e o seu processo de formação**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 <http://www.tropeirosdasgerais.com.br/historia.htm> Acesso em 23 de abril de 2017.

VEIGA, Juracilda. 2006. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. Portal Kaingang.

PROBIO- MMA, **Mapa; Biomas do Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/_tYJEA8o5WuE/TFwbt0AS0QI/AAAAAAAAADs/m0Q-NGnhv1o/s1600/bioma.jpg

WAGNER, Carlos. ANDRETTA, Humberto. PEREIRA, André. 1986. **A Guerra dos Bugres; A saga da nação Caingangue do RS**. Santa Maria, RS. Editora Tchê.